

O LIVRO OBSCURO
DO
DESCOBRIMENTO
DO BRASIL

Copyright © 2019 Marcos Costa
© desta edição, 2019 Casa da Palavra/LeYa

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.02.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora e do autor.

EDITOR EXECUTIVO

Maria Cristina Antonio Jeronimo

REVISÃO

Eduardo Carneiro

DIAGRAMAÇÃO

Filigrana

CAPA

Victor Burton

IMAGEM/CRÉDITO DE CAPA

Primeira capa:

Descoberta do Brasil

Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500

Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva, 1922.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Costa, Marcos

O livro obscuro do descobrimento do Brasil: como magia, ciência, religião, intrigas e lutas pelo poder fizeram parte do projeto de conquista do Brasil / Marcos Costa. – São Paulo: LeYa, 2019.

368 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-7734-690-5

1. Brasil - História - Descobrimento, 1500 2. Portugal - Descobertas e explorações - História 3. Portugal - Comércio - História 4. Portugal - História - Período de descobertas, 1385-1580.

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil - História - Descobrimento, 1500

Todos os direitos reservados à
EDITORA CASA DA PALAVRA
Rua Avanhandava, 133 | Cj. 21
01306-001 – São Paulo – SP
www.leya.com.br

“Há duas histórias, a oficial, mentirosa – *ad usum delphini* –, e a secreta, em que estão as verdadeiras causas dos acontecimentos.”

BALZAC

“Um pintor deve começar cada tela com uma lavagem em negro, porque todas as coisas na natureza são negras, exceto quando expostas pela luz.”

LEONARDO DA VINCI

SUMÁRIO

Os ratos de Caffa

A startup mais lucrativa da história: a tomada de Ceuta

A viagem do infante d. Pedro e o manuscrito secreto de Marco Polo

O infante d. Henrique e a Escola de Sagres

O cavaleiro de pedra

As mortes de d. Henrique, d. Pedro e a interrupção do projeto das
Índias

A tomada de Constantinopla

A maçã da Terra

De d. João II a Maquiavel

O caminho para as Índias: espionagem comercial no século XV

O caminho para as Índias: a demanda secreta pelo reino do Preste
João

O caminho para as Índias: quem planta tâmaras não colhe tâmaras

A lenda negra: a Espanha no caminho do paraíso

Cristóvão Colombo: agente secreto de d. João II?

A misteriosa morte de d. João II

A misteriosa viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil

O Brasil no olho do furacão

Os verdadeiros descobridores da América: Solís, Balboa, Garcia e
Magalhães

A riqueza da América reluz nos olhos de uma decadente Europa

O paralelo 12º S: a descoberta do ocultista Felipe Guilhém

O pêndulo da morte

O Dia das Bruxas

Revolução política, revolução científica e o mundo em convulsão

A guerra dos mundos

O papa negro e o império teocrático da América do Sul

Magia, poder e ambição no sertão do Brasil: as Capitánias
Hereditárias

Magia, poder e ambição no sertão do Brasil: o Governo-Geral

Magia, poder e ambição no sertão do Brasil: a Companhia de Jesus na
Nova Lusitânia

Magia, poder e ambição no sertão do Brasil: a Inquisição na Nova
Lusitânia

O demônio do meio-dia e o círculo alquímico de El Escorial

A guerra dos tronos e o reino onde o Sol nunca se põe

A Inquisição no Brasil

Da Nova Lusitânia a Manhattan: a ascensão do Brasil Holandês

Da Nova Lusitânia a Manhattan: a queda do Brasil Holandês

Perinde ac cadaver

Nuvens, ratos e civilizações

Notas

Referências bibliográficas

OS RATOS DE CAFFA

A economia e os negócios movem o mundo. Foi preciso Karl Marx escrever *O Capital* para que essa verdade singela – de que mudanças históricas ocorrem por causa de conflitos latentes na estrutura socioeconômica das sociedades – se tornasse um mantra. Diz Marx: “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência.”¹ Essa ideia, que no século XIX vai representar um marco do pensamento socialista marxista, transplantada para o século XV significa uma guinada nos rumos da economia mundial, mudando a existência social das pessoas e, conseqüentemente, a sua consciência sobre o mundo. E essa nova consciência sepultou a Idade Média, deu asas ao Renascimento, à revolução científica, à Reforma Protestante, ao mercantilismo, ao capitalismo e pariu – a fórceps – a Idade Moderna.

O Brasil apareceu no meio do caminho dessa avalanche e foi, como um empecilho, um estorvo, atropelado por ela sem que ninguém tivesse tempo para anotar a placa. Foi uma luta desigual. Não éramos uma nação, mas, sim, um território dividido em várias “nações”. Não tínhamos um povo, tínhamos vários povos que habitavam essas “nações” tão diversas que cultivavam inclusive idiomas próprios, costumes, crenças etc. O Brasil que nasce no ano de 1500 não teve direito a uma infância ou adolescência, nasceu adulto, nasceu da imposição de um modo de vida que não era o seu e que talvez jamais viesse a desenvolver. Ainda nos dias de hoje, várias nações indígenas são encontradas na imensa – quase infinita – Floresta Amazônica, e esses índios vivem exatamente como viviam seus ancestrais em 1500. Pode-se dizer que a avalanche que começou na Europa varreu o mundo e, quando chegou ao Brasil, provocou também um choque civilizacional.

Mas não nos antecipemos, pois naquele momento o Brasil permanecia esquecido num canto qualquer da gaveta da história. E esta nossa história começa quando os navios mercantes aportaram em Veneza e Gênova naquele mês de abril de 1453. Eles trouxeram para os comerciantes italianos, os financistas de Florença e os reis europeus uma notícia aterradora: o mar calmo do Mediterrâneo havia sido sacudido por um vendaval, um maremoto, um tsunami. As principais rotas das especiarias (canela, gengibre, cravo, pimenta e açafrão) e da seda da China haviam sido bloqueadas com a queda de Constantinopla. A notícia era que a partir daquele momento, na melhor das hipóteses, os preços subiriam de forma estratosférica. A sensação de uma crise iminente se abateu sobre os portos do Mediterrâneo que tinham o monopólio dessas rotas e das riquezas do Oriente que eram comercializadas com toda a Europa.

Desde a expansão do império romano, quando o Ocidente havia entrado em contato com o Oriente e descoberto que era possível, com o comércio de especiarias, fazer verdadeira fortuna na Europa, que não ocorria um revés tão sério e dramático nas relações comerciais no Mediterrâneo. Junto à má notícia vieram nos porões dos navios, como sempre vinham, os inofensivos ratos de Caffa, uma colônia veneziana onde hoje é a Crimeia. Inoculado nos ratos veio o vírus da peste negra, que, sempre inofensivo, naquele ano havia encontrado ambiente mais propício para a sua difusão. O clima, ao contrário do que pensamos hoje, não seguia uma lógica em direção ao aquecimento da Terra. Sempre existiu uma sazonalidade entre tempos quentes e frios, e essa alternância definia, de certa forma, os períodos em que a humanidade prosperava ou perecia.

Havia se iniciado há poucos anos uma pequena idade glacial – a peste negra, que se espalharia pela Europa, dizimaria quase metade da população no final da Idade Média. Destruiria impérios, faria com que alguns reis perdessem a cabeça e que outros ascendessem aos tronos, mudaria a geografia fazendo com que alguns reinos e feudos desaparecessem e outros surgissem ou prosperassem – a peste, definitivamente, mudaria a história, fazendo com que hábitos, costumes, pensamentos, verdades e certezas desaparecessem para que uma nova realidade surgisse.

Os tempos seriam sombrios. Pode-se dizer que esse quadro que se

desenhou de forma abrupta foi impondo ao Ocidente a necessidade de mudanças. Com o tempo, essas mudanças se encarregariam de construir as bases de um mundo novo. Não por acaso, quando no século XIX os historiadores se reuniram para organizar o conhecimento histórico, foi escolhido justamente esse acontecimento e a data de 1453 como o marco de passagem da Idade Média para a Idade Moderna, um dos períodos mais ricos em acontecimentos da história da humanidade.

O roteiro desse filme tem como tema principal a expansão comercial e marítima, cujos agentes foram grandes empresas multinacionais – *joint ventures* – comandadas por banqueiros e comerciantes que a princípio se encontravam sediados em Veneza, Gênova e Florença, mas por migrarem constantemente criaram uma imensa rede de poder que envolvia uma relação dicotômica. Esse grupo unia-se a reis e príncipes em busca de duas frentes que interessavam aos comerciantes e governantes: riqueza e poder. Em muito pouco tempo, essa relação entre comerciantes, sobretudo judeus, e reis começou a incomodar o catolicismo. Durante toda a Idade Média, sobretudo a partir de Constantino, por volta do ano de 312, o catolicismo havia dominado em absoluto o mundo ocidental. No entanto, nas décadas finais da Idade Média, seu poder absoluto vinha sofrendo um processo lento de dissolução e em pouco tempo entraria, irremediavelmente, em crise.

O novo quadro que surgiu, num intervalo de um século, a partir da tomada de Constantinopla, como veremos em detalhes, pode ser resumido da seguinte forma: “Houve os descobrimentos geográficos, houve o colapso das relações econômicas feudais, houve o estabelecimento de novas igrejas que não mais reconheciam a supremacia de Roma, houve uma revolução científica que alterou radicalmente as perspectivas do pensamento humano. Houve um crescente número de invenções que redundaram em nova riqueza e aumento demográfico, houve a descoberta da imprensa, houve a consolidação de vagos e incipientes localismos em Estados nacionais, centralizados e eficientes.”²

Não foram poucas as mudanças e a humanidade talvez tenha avançado em cem anos, nesse seu périplo em direção ao

desconhecido, o que não havia avançado nos últimos mil anos.

A Igreja Católica, uma das principais vítimas dessas imensas mudanças, passaria por um processo lento em que deixaria de ser protagonista e se tornaria coadjuvante. Ferida de morte por uma nova civilização urbana e comercial, pela Reforma Protestante e pela revolução científica, a Igreja não se renderá e venderá caro o desprestígio iminente e a perda de poder. Essas mudanças provocaram a valorização do conhecimento antigo. Não por acaso esse período – levado à Europa pelos muçulmanos e judeus, divulgadores do conhecimento na Espanha e em Portugal – ficará conhecido como Renascimento. Como veremos, desse passo inicial surgirão um Copérnico, um Kepler, um Bacon, um Giordano Bruno – que foi queimado na fogueira – e um Galileu – que escapou por pouco, porque, após condenado, se viu obrigado a se desdizer.

Esse novo mundo, no entanto, a despeito da fúria da Igreja, avançou de forma galopante e inexorável. Isso porque comerciantes e príncipes se “[...] complementaram um ao outro e seus benefícios mútuos unificaram os dois componentes heterogêneos do agente de expansão, numa relação de intercâmbio político em que, por um lado, a busca de poder pelo componente territorialista criou oportunidades comerciais lucrativas para o componente capitalista e, por outro, a busca de lucro por este último fortaleceu a eficácia e a eficiência do aparelho produtor de proteção do componente territorialista”.³ A riqueza experimentada a partir desse sistema novo fez com que o medo do desconhecido e do proibido começasse a se dissipar. O prazer que proporcionava fazia valer o risco imediato.

No século XV, sobretudo depois da tomada e queda de Constantinopla, “[...] os governantes territorialistas ibéricos e os banqueiros mercantis capitalistas uniram-se pela simples razão de que cada um dos lados era capaz de fornecer ao outro aquilo de que ele mais precisava; e o relacionamento durou porque essa relação de complementaridade foi continuamente reproduzida pela exitosa especialização dos dois lados nas respectivas atividades. Aquilo de que a classe capitalista mais precisava no século XV era uma ampliação de seu espaço comercial, que fosse suficiente para acolher seu imenso excedente de capital e recursos humanos e para manter vivas suas

extensas redes comerciais”.⁴ É preciso notar que vigorava na época o mercantilismo, ou seja, ninguém produzia nada. A lógica era obter lucro na compra e venda de mercadorias, sobretudo produtos primários ou apenas artesanalmente fabricados.

Pode-se dizer que os comerciantes faziam o que hoje conhecemos como *startups*, ou seja, a busca de parcerias em negócios lucrativos. Nesse contexto, financistas sediados em Gênova, Florença e Veneza intensificaram o financiamento às explorações portuguesas e espanholas e à “[...] medida que essa associação se formou e os chamados grandes descobrimentos a consolidaram, o capitalismo foi finalmente liberto de sua longa crise e disparou rumo a seu momento de maior expansão”.⁵

Mas não nos antecipemos, os grandes descobrimentos marítimos e a expansão do mercantilismo, do capitalismo e do liberalismo europeus só foram possíveis depois de anos de investigação e prospecção de novos mercados. Os comerciantes e financistas não eram amadores – muito tempo antes de a bomba explodir, eles já pressentiam que algo estava prestes a ocorrer no Oriente. As notícias se avolumavam a cada viagem. Em matéria de negócios, a vida é muito dinâmica, as inovações surgem constantemente e mudanças bruscas ocorrem em questão de horas, quiçá minutos, de modo que a grande roda da fortuna gira seus dentes e o que parecia enraizado torna-se volátil – como diz Karl Marx: “Tudo que é sólido se desmancha no ar.”⁶

O primeiro passo da conexão entre os banqueiros e comerciantes genoveses, florentinos e venezianos e a Península Ibérica vai ser dado em parceria com Portugal, um país que, voltado para o Atlântico – até então, portanto, distante do palco principal do teatro das nações poderosas, o Mediterrâneo –, era por isso mesmo completamente inexpressivo. A tomada da cidade de Ceuta, em 1415, vai ser o laboratório, o passo inicial de todo aquele grande projeto que vai desvendar de vez o mundo e se estender para a América – vai fazer girar forte a roda da fortuna dos habitantes desse mundo, como veremos mais adiante. Desse capítulo inicial ao capítulo derradeiro – o encontro e a exploração do Brasil e da América – foi só uma questão de tempo. Grãos de areia corriam fluidos nas ampulhetas como água

de um rio caudaloso. Os pobres habitantes da América e da Terra *Brasilis* que se acautelassem. Como se pode ver, os descobrimentos do Brasil e da América se darão em meio a um movimento de forças poderosas. Nascemos no olho de um furacão que lambeu a terra e devastou tudo o que encontrou pelo caminho. Mas até chegar ao Brasil, devastou outras terras. Vejamos.

A *STARTUP* MAIS LUCRATIVA DA HISTÓRIA: A TOMADA DE CEUTA

Muito tempo antes de esse revés acontecer no comércio do Mediterrâneo, as nações, que eram apenas caudatárias nesse processo e participavam dele como coadjuvantes, se viravam como podiam. Um caso emblemático é o de Portugal, que, por isso mesmo, colocará em movimento um plano ambicioso que terá como consequência, entre outros, o descobrimento do Brasil.

E tudo isso começa da seguinte forma: a partir do final da guerra entre Castela e Portugal, em 1385, na batalha de Aljubarrota, com o início da dinastia de Avis, Portugal passou a exigir de si mesmo uma espécie de protagonismo no comércio e nas relações internacionais, dada a localização estratégica do porto de Lisboa, entreposto quase obrigatório no caminho entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte. Até então, Portugal comercializava apenas produtos secundários – azeite, sal e bacalhau – e assistia, como mero espectador, à leva de mercadorias que passava pelo porto de Lisboa oriunda, sobretudo, de Gênova e Veneza, em direção à Inglaterra e a outros países do norte da Europa. A partir da revolução de Avis, d. João I começou a pensar seriamente em entrar no negócio do Oriente, mas era preciso arrumar um parceiro. Portugal, por si só, não tinha o cabedal necessário para tal empreitada.

Mas as oportunidades sempre aparecem, e a Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra, tornou praticamente impraticável o transporte de cargas pelas rotas terrestres entre as principais cidades italianas e Londres, pois atravessavam todo o território francês. O frio e a peste negra também foram outros obstáculos que dificultaram sobremaneira o trânsito do comércio por terra pelo interior da Europa, pois geraram um quadro de miséria generalizada e, conseqüentemente, constantes episódios de saques e roubos de mercadorias. Nesse contexto, o porto de Lisboa passou a ganhar cada vez mais importância, sobretudo para os ingleses, pois ter um porto à

disposição a meio caminho entre Londres e as cidades italianas era contornar de forma definitiva os enormes e quase intransponíveis obstáculos que haviam surgido na rota terrestre.¹

Desse modo, dadas as condições favoráveis para ambos os lados, surge o acordo entre Portugal e Inglaterra – Tratado de Windsor –, selado com o casamento, em 1387, entre d. João I e Filipa de Lencastre e que foi fundamental para que Portugal pudesse se dedicar – protegido que agora estava contra os ataques espanhóis – à expansão marítima. O centro do mundo era o Mediterrâneo e a Inglaterra. Com esse casamento e essa parceria, Portugal procurou também entrar num negócio extremamente lucrativo do qual a Inglaterra figurava apenas como subsidiária. A primeira etapa estava resolvida.

Com o tempo, no entanto, Portugal e Inglaterra – que em meio a uma crise que envolvia frio, fome e guerra buscavam meios de sair do estado de prostração e também novas alianças – passaram, então, a nutrir outra forte ambição: o negócio com o Oriente. No ano de 1415, o rei d. João I queria fazer dos seus filhos cavaleiros e, para tal, pensou numa festa ou numa justa para consagrá-los. Mas o diabo estava atrás da porta pronto para se intrometer em tudo. João Afonso, vedor da fazenda real, propõe a d. João I um evento muito mais intenso, muito mais épico. Entre uma taça de vinho e outra, ele destila seu veneno e sugere a tomada de Ceuta. Nada mais, nada menos que um dos mais importantes entrepostos comerciais do norte da África, no estreito de Gibraltar. Não era o porto mais importante, mas já era alguma coisa. Era sair da região de conforto e começar a pleitear algo infinitamente melhor.

A tomada da cidade de Ceuta vai ser fundamental para Portugal. Lisboa havia se tornado, com o tempo, um porto importante, muitos comerciantes venezianos e genoveses tinham armazéns e estaleiros nesse porto, sobretudo por causa do acirramento e da deterioração da situação no continente. A sua importância era estratégica, o porto ficava a meio caminho entre o Mediterrâneo e os portos da Alemanha, Inglaterra e Holanda, com quem os comerciantes venezianos e genoveses comercializavam os cobiçados produtos do Oriente. Já pelos portos da região do Magreb, Ceuta era por onde se escoava para a Europa toda produção de ouro do Sudão e outras riquezas da África,

como diamantes. Ceuta seria, na concepção dos portugueses, um importante elo entre o comércio do Oriente e o Atlântico Norte, pois surgia como uma alternativa ao comércio do Mediterrâneo.

Outro aspecto importante de Ceuta, até mesmo simbólico, é que a região havia sido – em todas as invasões que Espanha e Portugal sofreram ao longo da história – o “[...] ponto de reunião e partida tanto dos exércitos dos mouros como dos corsários”.² O aspecto meramente econômico da tomada de Ceuta deveria ser, no entanto, travestido de outros motivos. E o motivo universal das incursões do mundo ocidental no mundo oriental foi sempre um só: o religioso. As Cruzadas, desde os primórdios, disfarçadas sob o manto da guerra religiosa, sempre foram batalhas econômicas, e naquele momento tínhamos o início de uma crise econômica que se agravaria com o frio e a peste negra.

D. João I entusiasmou-se com a indicação de seu vedor-mor da fazenda, pois de uma só vez resolveria dois problemas que surgiram em Portugal concomitantemente. O primeiro deles: o fato de os filhos do rei já estarem moços e a necessidade de engajá-los na política do reino. O segundo: a própria situação deficitária do reino que lucraria muito com a pilhagem da cidade de Ceuta, além de levar consigo a Inglaterra para contatar diretamente os mercadores do Oriente.

Antes, porém, era preciso consultar o conselho para saber se era da “vontade de Deus”. Recebeu como resposta do frei Joham Xira e do frei Vasco Pereira a seguinte afirmativa: “Saiba vossa mercê que o estado militar é muito louvado entre os cristãos por guerrearem os infiéis [...] todo rei deve guardar seu povo contra os infiéis.”³ Portanto, absolvição perpétua para quem morrer combatendo os infiéis. Desse modo, a primeira questão do rei estava resolvida. Travestida de luta contra os infiéis, é claro que Deus estava de acordo com a tomada de Ceuta, e, inclusive, respaldado por uma bula para uma santa cruzada “[...] que d. João I tinha impetrado junto ao papa em favor daqueles que tomassem parte na conquista de Ceuta”.⁴

A segunda questão posta por d. João I era a financeira: “Para semelhante feito se requerem grandes despesas, para as quais é necessário muito dinheiro, o qual eu não tenho.”⁵ Esse problema seria resolvido com o auxílio, ou antes, com o consórcio que o rei de

Portugal faria com banqueiros e comerciantes judeus, alguns deles residentes na Inglaterra. Daí também a recomendação do rei d. João I para que, com a pilhagem, a cidade saísse o mínimo possível da rotina de porto estratégico. Enfim, acertadas as coisas com Deus, era hora de acertar com o diabo, ou seja, tratar da divisão dos dividendos da pilhagem.

Portugal soube como ninguém contemporizar os interesses de comerciantes e da Igreja, que, no fundo, não eram tão diversos assim. Na verdade, o espírito cruzadista, que era o aspecto menos racional das nações ibéricas, era tudo que os comerciantes e banqueiros precisavam para pôr em marcha seus interesses meramente financeiros. O aspecto religioso era “[...] uma excelente garantia de que a expansão ibérica por águas desconhecidas prosseguiria, sem ser estorvada por constantes cálculos racionais sobre custos e benefícios pecuniários”.⁶ Os cálculos racionais e os benefícios pecuniários ficavam a cargo dos banqueiros.

E esse aspecto bipolar, por assim dizer, da expansão ibérica ficou claro nas questões postas por d. João I aos filhos quanto à tomada de Ceuta. A questão moral foi facilmente resolvida e a questão financeira seria resolvida pelos comerciantes e banqueiros, que, na esteira da loucura jihadista da Igreja contra os infiéis, prospectariam grandes oportunidades de negócio.

Desse modo, o espírito cruzadista foi um forte aliado dos banqueiros e comerciantes, sem o qual dificilmente eles teriam conseguido superar as derrocadas cíclicas do comércio com o Oriente. Para qualquer projeto de expansão dos horizontes territoriais que surgisse, mesmo os mais absurdos, oriundos das mentes mais doentias, lá estavam os investidores judeus – comerciantes e banqueiros – para patrocinar a empreitada. Ceuta foi a primeira grande aventura de uma parceria fecunda que duraria décadas.

Acertados os detalhes, a expedição se fez de vela com vento favorável no dia 25 de julho, dia da festa de Santiago, indicado pela rainha Filipa – que na época já havia falecido – como o melhor dia para a partida. Segundo relatos da época: “Muitos aventureiros distintos da Inglaterra, França e Alemanha fizeram parte dessa empresa. Um barão deste último país trouxe consigo quarenta

cavaleiros, e um rico inglês acompanhou a expedição com quatro navios carregados de provisões. O armamento era de extraordinária grandeza para aquela época. Zurita, nos seus *Anais de Aragão*, refere que a esquadra se compunha de 33 galeões, 27 menores de três ordens de remos, 32 galeras e 120 outros vasos menores, com 50.000 homens, dos quais 20.000, ao que parece, já tinham militado, e os outros eram remadores e marinheiros.”⁷

Com tudo resolvido, Portugal parte para uma conquista épica, que se inicia em Ceuta e vai se estender por mares desconhecidos e lugares até então inimagináveis, por exemplo, a América. O sucesso da tomada de Ceuta vai entusiasmar os portugueses e servir como padrão para as ações futuras de pilhagem e anexação de novos territórios ao reino de Portugal.

Tanto entusiasmou, sobretudo pelas oportunidades de negócios, que o que antes era proibido – o comércio de cristãos com muçulmanos, dada a possibilidade até então inédita de negócios que se abriu tanto para Portugal quanto para a Igreja – passou, conseqüentemente, a ser viável, tanto que o papa Martinho V publicou a bula *Super Gregem Dominicum*, em 1418, na qual remediava essa prática, relativizando esse aspecto do direito canônico, pois “[...] a conquista de Ceuta gerou a necessidade de comercializar com eles e portanto a dispensa de tal proibição. João I de Portugal suplicou ao papa Martinho V que o desejo de converter à fé cristã os muçulmanos vizinhos não se podia fazer senão ‘por amor ou temor’. Estabelecer relações comerciais com eles promoveria o comércio com um fluxo econômico muito necessário que podia facilitar a convivência e as boas relações entre os sarracenos e os cristãos, com o qual se garantiria a conservação de Ceuta em mão portuguesas e, por último, em um ambiente assim, a possível conversão dos muçulmanos poderia ser uma realidade. O pontífice concedeu a Portugal a licença para comercializar com os muçulmanos com exceção das mercadorias proibidas pelos concílios lateranenses III e IV, como ferro, madeira, cordas, barcos e armas. Assim, Ceuta se converteu não somente em um ponto geopolítico estratégico para a expansão portuguesa pela África, mas também em um mercado alternativo para os produtos portugueses e para obter as mercadorias africanas sem

intermediários”.⁸

Na expansão portuguesa, temos uma mescla de motivos religiosos, demográficos, mas sobretudo econômicos. O sucesso obtido com a invasão de Ceuta, no entanto, chocou o ovo da serpente, e, de certo modo, pode-se dizer que esse ataque do Ocidente contra o mundo islâmico teria como resposta final a tomada de Constantinopla, em 1453.

Numa relação de causa e efeito, um inverno rigoroso na Inglaterra vai desencadear o movimento de forças que permaneceram estagnadas durante séculos. O Brasil vai aparecer no meio do caminho de um processo irreversível de mudanças históricas e vai ser simplesmente anexado a ele, devorado por ele, como um bebê que acaba vindo à luz sem que desejasse e sem ter a menor ideia de onde estava chegando.

Mas, antes de chegar ao Brasil, foi preciso que diversos desafios tivessem sido superados, diversos problemas fossem contornados e muitos enigmas resolvidos. Para a solução desses problemas, os homens lançaram mão de várias estratégias: magia, traição, conspiração e ciência. Vejamos as cenas dos próximos capítulos.

A VIAGEM DO INFANTE D. PEDRO E O MANUSCRITO SECRETO DE MARCO POLO

Ceuta foi o laboratório e o ensaio geral de toda a expansão comercial e marítima do mundo moderno. Não se tratava de encontrar parceiros comerciais, as necessidades urgentes exigiam soluções mais imediatas. Tratava-se de, mediante o uso da violência extrema, conquistar, pilhar, feitorizar, escravizar e colonizar, de modo que a negociação e o diálogo fossem substituídos pelo frio aço das espadas.

Cronistas da tomada de Ceuta relataram esse novo *modus operandi*. “Foi feita naquele dia grande mortandade a qual jazia espalhada pelas ruas da cidade [...] eram dez mil mortos que por força dos golpes jaziam por terra e nem podiam ser reconhecidos [...] muitos jaziam espedaçados e tantos eram o atormentado das feridas que não demoravam as almas para sair das carnes e tais se lhes partiam os espíritos apressados, que deixavam as caras tão feias que verdadeiramente arremedavam a semelhança dos anjos infernais cuja fera e áspera companhia eles em breve tempo haviam de conhecer.”¹

Em outro trecho se dizia que “[...] passou-se a noite em grande vigília. Na manhã seguinte, quando os portugueses entraram na cidade, foram achá-la no mais profundo silêncio. Apenas encontraram os corpos dos que jaziam mortos, alguns velhos, mulheres e crianças, que hesitaram se haviam ou não de abandonar seus lares queridos, apesar do risco de ficarem escravos dos cristãos vitoriosos. O despojo foi muito abundante em ouro e prata, e joias de alto preço, além de mercadorias e drogas em grande quantidade. A destruição e estrago foram, porém, imensos”.²

Como se pode notar, a batalha foi duríssima, e para amenizar o sentimento de culpa dos cristãos pela matança indiscriminada, pelo saque, roubo e destruição da cidade, o rei de Portugal solicita ao papa Martinho V a possibilidade de conceder indulgência, ou seja, clemência, misericórdia, absolvição de pena preventiva e plena para

todos aqueles – cristãos, obviamente – que residissem em Ceuta ou que estivessem por lá a serviço de Portugal. Em atendimento à demanda do rei a Santa Sé publica, em 1419, a bula *Ab eo qui humani sumens*.

Depois dos esforços para tomar a cidade, aquele era, no entanto, apenas o início. O que viria depois? Qual seria a reação? Imprevisível, restava o mais importante, que era a organização da defesa, pois não se sabia se os fugitivos voltariam para reconquistar a cidade. Desse modo, a defesa de Ceuta era o objetivo prioritário que consumiria, além de recursos, um número substancial de pessoas que estivessem dispostas a desafiar o inesperado, o desconhecido, e arriscar ali as próprias vidas. Isso não era qualquer coisa, e, para estimular os soldados cristãos, Igreja e rei articularam a isenção do pagamento de dízimo para aqueles que se alistassem nas ordens militares, cujo destino único e exclusivo era a defesa de Ceuta.

Mas Ceuta era apenas a ponta de um iceberg. Prima pobre do comércio do Oriente e nota de rodapé da milésima página do livro do comércio das Índias Orientais, por isso mesmo é que tinha sido tomada de forma relativamente fácil. Entretanto, foi um ponto fora da curva, e a continuidade da expansão europeia não seria tão fácil assim. A reação estava a caminho e em breve, como veremos, estaria às portas de Roma para cobrar a fatura.

Entusiasmadíssimos com o sucesso de Ceuta, o que saltou aos olhos foi que a empreitada havia sido mero golpe de sorte que se seguiu a uma coragem inicial quase juvenil. E, em matéria de guerra e pilhagem, não se pode apenas contar com a sorte nem ter apenas coragem para se conquistar inimigos infinitamente mais poderosos, é preciso *expertise*.

Em 1418, em decorrência da dificuldade desse tipo de empreitada e da necessidade de se adquirir *expertise* em matéria de guerras, conquistas e navegação, o infante Pedro, filho mais jovem de d. João I, foi o escolhido para fazer uma longa viagem que duraria dez anos. O primeiro objetivo era diplomático, ou seja, estabelecer ou estreitar relações entre Portugal e outros países limítrofes ou distantes. O segundo objetivo, este oculto, era o de buscar notícias, conhecimentos científicos, mapas, relatos e tudo o mais que pudesse auxiliar Portugal e Inglaterra em sua grande ambição de acessar, sem intermediários, as

riquezas do Oriente e se tornar gente grande em matéria de negócios.

É uma pretensão do Ocidente imaginar que a história começa no século XV com o Renascimento, a Reforma Protestante e a revolução científica. Isso talvez seja verdadeiro para o mundo ocidental, mas a civilização é muito mais complexa do que o Ocidente, e outras civilizações desenvolveram igualmente suas religiões, seus conhecimentos científicos e seus projetos sociais. Basta pensarmos na riqueza e opulência da biblioteca de Alexandria. Desde há séculos, os povos antigos – chineses, fenícios, babilônios – conheciam não só técnicas avançadas de navegação, como também navegavam por mares e terras que para o Ocidente ainda eram completamente desconhecidos.

No livro *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, escrito por Antônio Galvão, por volta de 1560, há relatos de viagens “[...] feitas até 1550, com os nomes particulares das pessoas que as fizeram e em que tempos, e suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta e as especiarias vieram das Índias às nossas partes”. Nesse tratado, constam diversas rotas terrestres e marítimas de que os povos se utilizaram para poder conectar-se. O comércio sempre foi o motor da humanidade, e em busca de oportunidades de negócio muitas civilizações enfrentaram o medo e se lançaram em aventuras terrestres e marítimas.

É impressionante notar como havia, já em tempos remotos, um conhecimento e, de certa forma, até uma relativa constância nas rotas comerciais marítimas que ligavam a Europa ao Oriente contornando, inclusive, o cabo da Boa Esperança. Com o tempo essa rota foi caindo em desuso. Primeiro, porque era contraproducente, pois ao longo da costa ocidental da África, embora houvesse diversas tribos, o tino comercial delas era quase nulo, de modo que nada compravam e nada vendiam. Uma situação muito parecida com a que os portugueses encontrariam nesses mesmos locais e mais tarde no Brasil. Segundo, porque era muito custosa. Essa rota, que segundo alguns relatos havia existido antes da empreitada portuguesa, foi substituída por rotas terrestres em que as mercadorias e os produtos do Oriente chegavam até os portos no Mediterrâneo e eram comercializadas com os europeus. Nos dias de hoje, pelo canal de Suez, passam cerca de dezoito mil navios por ano – é a maior rota de comércio do mundo,

tendo encurtado a viagem de navio entre a Europa e as Índias Orientais em mais de sete mil quilômetros.

Ousado, o autor do *Tratado* vai além de simplesmente revelar essa rota comercial e propõe que outras rotas também já haviam sido exploradas. Escreve o autor “[...] no ano de 590 antes da Encarnação de Cristo partiu da Espanha uma armada de mercadores cartaginenses feitos a suas custas, e foi contra o Ocidente por esse mar grande ver se achavam alguma terra: diz que foram dar nela. É agora a que chamamos de Nova Espanha [...] que Cristóvão Colombo nos deu dela mais vera certeza”.³

Mais para a frente o autor relata que “[...] no ano de 535 antes de Cristo, diz que navegavam os cartaginenses espanhóis por todos os mares, até chegarem às praias das Índias, Arábia e suas costas, donde levavam e traziam muitas e diversas mercadorias. E andavam nestes tratos e outros por diversas partes do mundo em grandes navios”.⁴

Há também relatos de que na expansão da Escandinávia do século X, eles haviam chegado à América “[...] onde haviam desembarcado por volta do ano mil na costa norte americana, terra à qual havia dado o nome de Vinlandia”.⁵ Quem sai hoje em dia para caminhar na marina de Shilshole Bay, em Seattle, nos Estados Unidos, vai se deparar com uma enorme estátua de Leif Erikson, o grande explorador escandinavo que havia pisado na América quinhentos anos antes de Colombo.

Tendo crescido ouvindo essas histórias, o infante d. Pedro havia projetado uma viagem para o Oriente, de onde ambicionava trazer mapas, livros e notícias precisas sobre circum-navegação, além de toda sorte de conhecimentos. A intenção era retomar, por meio da leitura desses mapas, livros e tratados, o conhecimento processual da antiga rota usada pelos cartaginenses da Espanha – herdeiros dos conhecimentos fenícios –, que levava da Europa até o Oriente por meio do Atlântico Sul e do cabo da Boa Esperança. O mais importante documento era, sem dúvida, um manuscrito secreto de ninguém mais, ninguém menos que Marco Polo, que só seria publicado em Lisboa no ano de 1502; claro, quando do descobrimento da América e do Brasil, pois já não haveria mais motivos para guardá-lo em segredo.

Entre os anos de 1418 e 1428, portanto, o infante d. Pedro

empreendeu uma verdadeira odisséia pelas cortes europeias, seguindo em direção ao Oriente, à Terra Santa, na busca do reino do Preste João, um reino católico incrustado no coração da África e em contato direto com o trato do Oriente.⁶ O Preste João – caso existisse mesmo esse reino – seria um aliado importantíssimo no projeto de Portugal para a conquista do Oriente. Seria uma aliança mais que estratégica dialogar com um reino cristão, em meio aos arredios muçulmanos. Seria um grande avanço, portanto, nas relações comerciais com o Oriente.

A viagem foi toda financiada por banqueiros entusiasmados em ampliar seus negócios com a auspiciosa tomada de Ceuta. O objetivo principal era obter o máximo possível de informações sobre as rotas comerciais, marítimas e terrestres, cartas de marear, narrativas de viagem, documentos, mapas de todo tipo e o conhecimento processual sobre comércio e navegação oriundo dos intensos movimentos dos homens e dos conhecimentos cosmográficos acumulados.

As informações colhidas pelo infante nas regiões da Espanha habitadas por mouros e judeus dão conta de que o incêndio da biblioteca de Alexandria, no ano de 642, havia destruído apenas parte do acervo. Outra parte havia sido salva e estava espalhada por bibliotecas, mosteiros, priorados em vários países do Oriente Médio, da Ásia, África e Europa. Dos mais de um milhão de documentos, havia obras de Euclides, Arquimedes, Galeno, Ptolomeu, entre tantos outros. Durante sete séculos, a biblioteca de Alexandria abrigou o maior patrimônio cultural e científico da humanidade. Era justamente nessas obras que o infante d. Pedro estava interessado, pois, em muitas delas, certamente, encontraria informações preciosas sobre o mundo e as navegações, que permaneciam desconhecidas no Ocidente.

A viagem do infante d. Pedro começa em Veneza não por acaso, pois é dessa cidade, e de Gênova e Florença, que partiam com frequência os navios mercantes em direção ao Mediterrâneo oriental. Essas províncias italianas detinham o monopólio dessas rotas comerciais e, com o tempo de navegação por essas águas, dominavam como ninguém o *savoir-faire* e expressavam todos esses segredos nas

chamadas cartas portulanos. Essas cartas eram um material preciosíssimo, pois continham todas as informações que um navegador precisava para navegar pelo Mediterrâneo, pelo mar Negro, pelo Báltico, pelo Atlântico Norte até a Inglaterra, pelas regiões de abrangência do comércio das províncias italianas.⁷ As cartas eram tão completas que se podiam encontrar nelas, com certa precisão, várias localidades como vilas, cidades e portos, além de acidentes geográficos e perigos iminentes.⁸ Essas cartas interessavam muitíssimo ao infante, que as reuniu na medida do possível.

A primeira parada da expedição foi no Chipre e dali seguiu o seguinte roteiro: Constantinopla, Terra Santa, Jerusalém, Armênia, Alexandria, Meca, Índia, Etiópia, Fez e Castela.⁹ Essa viagem do infante d. Pedro foi um verdadeiro divisor de águas para Portugal. É nela que ele vai descobrir ou confirmar a possibilidade do caminho para as Índias por meio da transposição do cabo da Boa Esperança. Sessenta anos depois, quando Colombo descobriu a América e Bartolomeu Dias e Vasco da Gama viabilizaram de fato essa rota, estes seriam os fatos mais revestidos de sentido de toda a história das navegações. Era um segredo que deveria ser guardado a sete chaves. Quem tivesse essa informação, o conhecimento processual, seria certamente senhor do mundo.

Outra notícia valiosa obtida pela expedição do infante d. Pedro era a de que a tomada de Ceuta havia despertado sentimentos de fúria e vingança e que, por isso, os turcos estavam em franco processo de expansão do império otomano e que mais dia, menos dia, as cobiçadíssimas rotas das especiarias do Oriente e a rota da seda da China poderiam ser bloqueadas.

Quando isso acontecesse uma tragédia sem precedentes se abateria sobre a Europa, e quem tivesse um plano B – outra rota para acessar o Oriente, por exemplo –, ou melhores relações com os turcos, otomanos, certamente tomaria conta de um comércio que, naquele momento, determinava nada mais, nada menos que a divisão entre a riqueza e a pobreza das nações e dos povos. Era como se, nos dias de hoje, alguém descobrisse a fórmula da Coca-Cola. Com essas informações, era hora de pôr mãos à massa.

O INFANTE D. HENRIQUE E A ESCOLA DE SAGRES

A expansão portuguesa pelo até então desprestigiado oceano Atlântico se iniciou com a tomada de Ceuta em 1415, como vimos, no reinado de d. João I. A tomada de Ceuta foi para Portugal pôr o pé num negócio incrível, que abria uma perspectiva até então inimaginável para as pretensões portuguesas. Em 1419, o infante d. Henrique tinha 25 anos e era o mais destemido dos filhos de d. João I. Sob os seus auspícios, a expansão comercial e marítima portuguesa se sistematiza e ganha uma dimensão homérica que beirava as raias da obsessão e da loucura.

Em 1420, d. Henrique é declarado grão-mestre da Ordem de Cristo, e é dessa ordem que vão sair os imensos recursos necessários para as viagens exploratórias. Por esse motivo é que as caravelas portuguesas vão ostentar nas velas o famoso símbolo da cruz vermelha. Com o avanço das explorações, seria criado também um padrão confeccionado em pedra que era ficando nos territórios conquistados para determinar a posse portuguesa. No Brasil, há um desses marcos fixado no atual estado do Rio Grande do Norte. Não seria completamente impossível que a descoberta do Brasil tenha acontecido nesse local, ainda antes de 1500. O mar do Caribe foi o grande palco dos descobrimentos, pois era por ali que se dava o trânsito imenso que se formou logo após a descoberta da América, em 1492.

O ponto de partida da criação da Escola de Sagres foi o trabalho de campo e a imensa varredura que d. Henrique fez na África, sobretudo acerca dos conhecimentos geográficos e náuticos. Um trabalho paralelo à conquista militar, que só um homem curioso e com o pensamento à frente de seu tempo poderia impetrar. Desse modo, aproveitando-se daqueles que acabavam cativos e antes que fossem passados no aço das espadas, durante sua estada na África, segundo os cronistas Azurara e Diogo Gomes, d. Henrique colheu importantes

informações dos mouros “[...] a respeito das populosas nações do interior ou da costa de Guiné [...] o infante obteve notícia da passagem de grandes caravanas, que iam de Túnis a Tombuctu e a Cantor na Gâmbia, o que o moveu a mandar explorar aqueles países por via marítima [...] ouviu dos prisioneiros azenegues notícias da situação de certas palmeiras, que estavam ao norte da embocadura do Senegal, ou do chamado Nilo; o que o habilitou a dar instruções a seus marinheiros a fim do descobrimento daquele rio [...] O fim, que o infante tinha em mira, era alcançar notícia não só quanto aos mouros e suas circunvizinhanças ao sul, como também das terras, tanto da costa oriental como ocidental de África, além do grande deserto”.¹

Era, evidentemente, uma oportunidade única a possibilidade de interrogar os prisioneiros em Ceuta e obter deles informações impossíveis de serem obtidas espontaneamente, pois os europeus, sobretudo genoveses e venezianos, “[...] guardavam segredo de suas relações comerciais. A única grande fonte dos conhecimentos geográficos da África eram os comerciantes dos reinos do interior, com os quais se fazia esse comércio”.²

Naquele mar de infiéis que era a África o qual tornava a missão de ocupar a região uma tarefa quase impossível, o que o infante mais desejava saber era se não haveria em toda a África um “[...] rei cristão ou potentado que viesse ajudá-lo. Por isso estava ansioso por saber se viveriam naquelas partes alguns príncipes cristãos que, pelo amor de Cristo, quisessem ajudá-lo contra os inimigos da fé”.³

O infante d. Henrique unia esse trabalho de campo na África às primeiras notícias reportadas pelo infante d. Pedro que chegavam a Portugal. O material que enviava – mapas, instrumentos, cópias de livros da biblioteca de Alexandria, cartas portulanos – seguia sob os cuidados de sábios convidados também a fim de ir a Portugal para seguir o périplo africano de d. Henrique, que havia pessoalmente mandado vir da ilha de Mallorca “[...] um mestre Jácome, homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos náuticos, o que lhe custou muito pelo trazer a este reino para ensinar sua ciência aos oficiais portugueses daquele mister”.⁴

Tratava-se de um dos maiores cartógrafos europeus do século XV que se chamava Jehuda Cresques – *el judio de las brújulas*, devido,

claro, à sua grande experiência na fabricação de bússolas. A sua participação na empreitada do infante d. Henrique seria fundamental, ou seja, ficaria a cargo dele treinar os pilotos portugueses nos fundamentos básicos da navegação e na eventual produção de cartas portulanos e instrumentos náuticos.

A tomada de Ceuta e a grande aventura em direção ao Atlântico, anunciada por d. Henrique, inflamavam corações e mentes de aventureiros, sábios, mercenários, navegadores e piratas. O próprio infante, tomado pela aventura do seu empreendimento, resolveu aprofundar-se nos estudos de cosmografia e astrologia. Para isso, funda numa vila no Algarve uma fortaleza que funcionaria como um centro de estudos. Nascia dessa iniciativa a mítica Escola de Sagres com o intuito de “[...] mais cabalmente e sem embaraço poder levar avante seus projetos. Autorizado por el-rei, escolheu o infante para habitação o promontório de Sagres no reino do Algarve, do qual foi nomeado governador perpétuo, depois de regressar com as tropas com que foi socorrer Ceuta em 1419”.⁵

Foi nesse lugar remoto e solitário, afastado das badalações de Lisboa e “[...] com o vasto Atlântico que se alongava infinito e misterioso diante dele que dedicava-se o infante d. Henrique ao estudo da astronomia, das ciências matemáticas e a despachar navios para explorações aventureiras”.⁶

O objetivo de d. Henrique, ao reunir navegadores experimentados, astrólogos, cosmógrafos, magos, entre outros, em Sagres, era se dedicar exclusivamente a um objetivo: navegar pela costa ocidental da África até encontrar uma passagem para as Índias orientais. Era do conhecimento de todos que esse trajeto, ou esse percurso, já havia sido encontrado em outros tempos. Tudo indicava que há cerca de três mil anos os homens já navegavam o oceano Atlântico. Segundo uma narrativa dos gregos “[...] o oceano é um mar ou um sistema de mares [...] era um rio circular que rodeava a terra. Todas as águas fluíam dele e não tinha nem desembocadura nem nascentes”.⁷ Essa certeza de que os mares eram interligados formando um único oceano e de que outros povos, em outros tempos, haviam navegado por mares desconhecidos fez com que a Escola de Sagres desenvolvesse a obsessão por encontrar novamente tal caminho. Toda a fase de

estudos, de preparativos, e as próprias expedições seriam feitas à custa do infante.

Assim que retornou a Portugal, o infante d. Pedro uniu-se ao seu irmão, o infante d. Henrique, nos estudos científicos, entre os quais a arte da cartografia ocupava o principal lugar, e “[...] não se pode duvidar do que ao gênio e conhecimentos adquiridos por d. Pedro, seu irmão mais velho, deveu o infante d. Henrique grande estímulo e luz para prosseguir com suas investigações geográficas [...] o Manuscrito de Marco Polo, e o mapa trazido do Veneza haviam provavelmente de atuar como poderoso incentivo destas investigações”.⁸

Segundo Antônio Galvão, o conteúdo desses mapas continha todo o âmbito da terra “[...] ao Estreito do Magalhães chamavam Cola do Dragão e o Cabo da Boa Esperança chamavam fronteira da África, assim como outros pontos, e que deste padrão se ajudara o infante d. Henrique em seu descobrimento”.⁹

Outros mapas que foram cotejados traziam indicações semelhantes, como, por exemplo, o mapa de Marino Sanuto, produzido em torno do ano de 1306. Outros dois mapas que orientaram as expedições do infante d. Henrique, as quais resultariam mais tarde nos descobrimentos, foram o do veneziano Andrea Bianco, de 1436, que seria completado mais tarde pelo mapa do famoso geógrafo Fra Mauro, do Mosteiro de São Miguel de Murano, em Veneza.

Além dos mapas, *brainstorms* cotidianas conduzidas pelo infante objetivavam a busca dos conhecimentos antigos. Ele sabia que era lá que encontraria o mapa da mina. Embora muitos dos relatos fossem literários ou míticos, havia sempre a esperança de que eles tivessem sido baseados em fatos verídicos. E como onde há fumaça há fogo, não custava nada averiguar.

Desse modo, partiu-se das referências mais longínquas, e a mais antiga de que se tem notícia sobre outras terras e outros mares é a do historiador grego Teopompo. Platão também, no seu *Timeu e Crítias*, cita as inscrições sagradas da cidade egípcia de Saís – ou Sa el-Hagar –, onde se pode ler sobre uma ilha chamada Atlantis, ou Atlântida, como passou para a história.

Lendas, ficções ou mitos à parte, quanto aos fenícios, estes certamente navegaram pelo oceano Atlântico e fundaram na região da Andaluzia, na Espanha, um povoado chamado Gadir, ou, como conhecemos hoje, Cádiz. Quem vai hoje em dia para essa cidade espanhola pode visitar, mais precisamente em Doña Blanca, um sítio arqueológico com vestígios não só de um porto púnico, mas de muralhas, casas, cemitério, entre outras ruínas de edificações.

O historiador antigo Diodoro Sículo, em sua obra *Biblioteca histórica*, faz referência a uma viagem de uma frota fenícia pelo oceano Atlântico, onde relata que os navegadores tinham visto num dos seus destinos “[...] templos e palácios suntuosamente construídos, regiões montanhosas cobertas de bosques com uma grande variedade de árvores frutíferas, diversas espécies de animais vivendo em um clima temperado”.¹⁰ Nos últimos anos, novas tecnologias de varredura via satélite tornaram recorrentes a descoberta de ruínas de cidades antigas – palácios e templos – encontradas, por exemplo, na Floresta Amazônica brasileira, peruana e colombiana que ainda estão por ser analisadas.

Os dois primeiros autores discutidos em Sagres foram Eratóstenes e Aristarco. Ambos viveram por volta de 300 a.C. O primeiro, Eratóstenes, era matemático, geógrafo e astrônomo, e não só havia estudado em Alexandria, como foi um dos diretores da mítica biblioteca. O interesse na obra desse homem é porque ele havia calculado a esfericidade e o diâmetro da Terra. O segundo, Aristarco, era astrônomo e matemático, igualmente um dos sábios da biblioteca de Alexandria, o qual havia descoberto que a Terra não era o centro do Universo – pai, portanto, do sistema heliocêntrico.

Para o obscurantista catolicismo medieval, a Terra era plana e constituía o centro do Universo. Para o mundo ocidental, a esfericidade da Terra e o heliocentrismo seriam comprovados pelos estudos de Copérnico e Galileu apenas no século XVI. Os navegadores de Sagres sabiam, portanto, graças ao conhecimento dos antigos, que navegando pelo mar adentro jamais se deparariam com o fim do mundo ou com um abismo tenebroso. Desse modo, a chance de se deparar com terras desconhecidas era plausível.

Outro autor que foi objeto das *brainstorms* de Sagres foi Aristônio

– também dos quadros de Alexandria –, que escreveu livros sobre as andanças de Menelau, rei dos espartanos. Num trecho, ele afirma que Menelau, “[...] saindo do estreito de Gibraltar, navegou pelo oceano alcançando o mar arábico e pérsico até chegar à Índia”.¹¹

Outras histórias que inflamaram os ânimos dos homens de Sagres foram as de Heródoto, o pai da história. A primeira, sobre uma circum-navegação realizada pelos fenícios no século VII a.C., comandados pelo faraó Necho II. Não por acaso filho de Psamético I, que havia mudado a capital do Egito de Tebas para Saís, em cujos manuscritos sagrados, como vimos, consta a existência de Atlantis ou Atlântida. A expedição havia navegado pelo mar Vermelho, dobrado o continente africano, entrado pelo estreito de Gibraltar e chegado ao Egito. Segundo Heródoto, o persa Xerxes quando da conquista do Egito, havia feito o caminho inverso, ou seja, navegou pelo mar Mediterrâneo, pelo Atlântico, contornou o promontório africano e retornou ao Egito.

Ainda sobre a navegação na costa ocidental da África, várias nações têm relatos sobre descobridores de terras e rotas. Genoveses, franceses do famoso porto de Dieppe e até escandinavos já tomaram para si a primazia na navegação da costa ocidental da África. Sobre esses feitos existem diversos estudos: *Histoire Maritime de France*, de 1843, *Les Navigateurs Français*, de 1847, e o *Sommario delle indie orientali*, de Ramusio, de 1556.¹²

Famoso também é *O périplo de Hannon de Cartago* – escrito em língua púnica: “*O périplo* é a narrativa da viagem realizada por um rei de Cartago, Hannon, ao longo da costa ocidental de África. De acordo com a tradição, o texto inicial d’*O périplo* – perdido – foi redigido em púnico pelo próprio rei e depositado no templo de Ba’al Hannon na cidade de Cartago. O texto chegou até nós numa tradução grega resumida, talvez do fim do século IV a.C.”¹³ As cópias conhecidas mais antigas, de origem grega e bizantina, são os manuscritos *Palatinus Graecus 398*, que se encontram atualmente na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e o *Vatopedinus 655*, que tem parte na British Library e parte na Biblioteca Nacional da França.

Outros autores da própria Península Ibérica, sobretudo judeus, foram objeto de estudo em Sagres. Eram mestres nos domínios da

matemática, da astronomia, da geografia, das ciências básicas para a arte náutica. Entre eles, destacam-se os nomes de Abraham bar Chia, autor do estudo *Forma da Terra*, de *Cálculo do movimento dos astros* e da *Enciclopédia*; de Abraham ibn Ezra, autor dos estudos *Utensílios êneos*, *Tratado do astrolábio*, *Justificação das tábuas de Kwarismi* e *Tábuas astronômicas*; de João de Luna foi estudada a obra *Epítomes de astrologia* e o *Tratado do astrolábio*; de Jacob ben Machir, inventor do chamado quadrante de Israel, um instrumento de observação, estudou-se o *Tratado do astrolábio*; de Isaac ibn Said foi aproveitado um compêndio organizado pelo autor sobre a astronomia dos gregos e dos árabes; de Rabí Levi ben Gershon – a quem é atribuída a invenção de uma espécie de telescópio – estudaram-se o *Tratado sobre a teoria e prática do cálculo*, *Dos números harmônicos*, *Tábuas astronômicas sobre o Sol e a Lua*; e, por fim, de Isaac Zaddik foram estudadas as obras *Tábuas astronômicas*, *Tratado sobre instrumentos astronômicos* e *Instruções para o astrolábio de Jacob ben Machir*.

De todo esse grande aprendizado, o infante d. Henrique subtrai a convicção da existência dessa rota pelo Atlântico Sul, faltando apenas reunir informações e o conhecimento técnico e processual exigido para se levar a cabo tal empreendimento.

Os mais importantes documentos, no entanto, foram, sem dúvida, os mapas e o manuscrito de Marco Polo levados a Portugal pelo infante d. Pedro. O livro, conhecido como *Livro de Marco Polo*, continha informações preciosas sobre regiões, cidades, costumes e, claro, riquezas de quase todo o Oriente. Da Armênia relata “[...] mercadorias, especiarias e preciosas riquezas”. Detalha a Turquia, a Tanzânia, Mossul, Baldach, e da Pérsia diz que “[...] há grande abundância de tâmaras, de algodão, de trigo, cevada e vinhos”.¹⁴ De Cianguamor diz que tem “[...] muitas cidades e castelos e é a província de um rei chamado Preste João”. De Cipango diz que “[...] o assoalho das salas de muitas casas é coberto de tábuas de ouro e é muito rica em pérolas e pedras preciosas”.¹⁵

Contudo, o que menos importava naquele momento eram as riquezas que todos sabiam existir, o mais importante eram as informações técnicas sobre navegação, rotas, portulanos que pudessem auxiliar Portugal a encontrar atalhos preciosos no seu

périplo pelo Atlântico Sul.

Havia no livro informações preciosas sobre a composição geográfica da região, seus países, suas gentes, seus usos e costumes, os animais e as plantas, os produtos naturais, as especiarias, as drogas, os metais, as pedras preciosas e o que naquele primeiro momento era extremamente importante: informação sobre a religião desses povos. Seriam todos muçulmanos ou haveria entre eles algum reino cristão?

Além disso, no livro podiam-se encontrar informações igualmente preciosas sobre o grau de sofisticação da cultura e da civilização dos povos do Oriente. Teriam eles algum conhecimento de cosmografia, de técnicas de navegação marítima ou até mesmo mapas e equipamentos que ainda eram desconhecidos no Ocidente?

Todas essas informações, unidas às que d. Henrique havia tomado pessoalmente junto aos mouros em Ceuta, práticos na costa da África, foram suficientes para que partissem para a parte prática do projeto. Era hora de seguir em busca do caminho para as Índias.

Atlântico, foi descoberto um vaso cheio de moedas fenícias. Não por acaso também, quando Colombo partiu para descobrir a América fez uma escala exatamente na ilha dos Açores, uma espécie de ponto intermediário entre o Velho e o Novo Mundo, conhecido desde as antigas navegações.

Ao longo dos séculos, muitos outros vestígios da presença dos fenícios seriam encontrados pelo mundo afora, inclusive no Brasil. Uma das gravações mais famosas do país está na pedra do Ingá, na Paraíba, uma rocha imensa que foi descoberta em 1598 pelo cientista holandês Elias Eckerman. Existem também inscrições em rochedos atribuídas aos fenícios na ilha do Arvoredo, em Santa Catarina; na pedra da Gávea, no Rio de Janeiro; na pedra lavrada, em Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte; às margens de vários rios no Amazonas, entre outras tantas inumeráveis ocorrências em todo o território brasileiro e também em toda a América Latina e a do Norte.²

Um manuscrito misterioso encontrado na época do império nos arquivos da biblioteca do imperador d. Pedro II traz um estranho relato sobre a descoberta de uma cidade fantasma: “Divisamos da lagoa uma povoação grande, persuadindo-nos pelo dilatado ser alguma cidade da corte do Brasil [...] confirmaram não haver povo [...] a entrada se dá por três arcos de grande altura onde divisamos haver letras [...] passada a rua em bom comprimento, demos em uma praça regular e no meio dela uma coluna de pedra preta de grandeza extraordinária e sobre ela uma estátua de homem ordinário com uma mão na ilhargá esquerda e o braço direito estendido mostrando com o dedo índice o polo do norte [...] vimos lajes cobertas com figuras lavradas na pedra.”³

Mistérios. O infante d. Henrique não viveu para ver quanto a sua intuição em seguir o périplo dos fenícios ao redor do mundo renderia frutos.

O fato é que, com tudo isso, se pode supor que a rota para as Índias pela costa da África e pelo cabo da Boa Esperança já era conhecida, porém muito onerosa por ser uma viagem longa. O comércio com o Oriente estava centrado no Mediterrâneo, nos portos de Alexandria, Constantinopla, entre outros. Somente quando os turcos tomam a cidade de Constantinopla, em 1453, e os outros

pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, dentre outras, de invadir, conquistar e subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. Por esta mesma faculdade, o mesmo d. Afonso ou, por sua autoridade, o infante legitimamente adquiriram mares e terras, sem que até aqui ninguém sem sua permissão neles se intrometesse, o mesmo devendo suceder a seus sucessores. E para que a obra mais ardentemente possa prosseguir.”²

Em meio ainda ao desespero, o papa Calisto III convoca os países do Ocidente para uma grande cruzada contra os mouros e, em 1456, publica a bula *Etsi Cuncti*, que ampliava a abrangência das bulas anteriores, *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*. Nesse ambiente propício, d. Afonso V avança sobre o norte da África tomando a cidade de Alcácer-Ceguer em 1458 e, finalmente, vingando os membros da ínclita geração, tomando Tânger e Arzila no ano de 1471.

Profundamente concentrado e ocupado com as conquistas no Norte africano, d. Afonso V arrendou a exploração da costa ocidental africana para Fernão Gomes – mais tarde cognominado da Mina. Esse modelo novo de exploração se revelaria muito produtivo para Portugal, uma vez que novas conquistas e novos produtos foram descobertos, entre eles a pimenta-malagueta. No ano de 1471, Fernão Gomes chegou à região que ficaria conhecida como a Mina, pois o explorador descobriu ali uma imensa quantidade de ouro de aluvião, de modo que fez vicejar para a Coroa portuguesa um lucrativo comércio. É esse ouro que vai animar d. Afonso V, bem como a Igreja, a financiar e ampliar as conquistas no norte da África.

É a primeira vez, desde a tomada de Ceuta, em 1415, que o projeto de avanço pela costa ocidental da África em direção ao Atlântico Sul saía das mãos do Estado português. Somente em 1481, com d. João II, é que a exploração do Atlântico Sul vai ser novamente objeto de um projeto de Estado.

Um aspecto curioso da personalidade e da biografia de d. Afonso V, que ele certamente herdou do tio d. Henrique, é o gosto pelos estudos. Teria escrito pelo menos dois tratados, um militar – *Tratado*

perder com o revés no comércio do Mediterrâneo. Num segundo momento, a própria Igreja notou o erro estratégico que seria a cruzada, e a iniciativa minguou. A segunda frente era a busca de alternativas comerciais para abastecer a vasta demanda. Tratava-se de arrumar, urgentemente, outra forma de acessar as Índias e os seus produtos, e é nesse ponto que Portugal tinha um ás na manga.

A queda da cidade de Constantinopla inverterá uma lógica secular: se até aquele momento os países que participavam do comércio no Mediterrâneo, de forma secundária, buscavam *know-how* na navegação e no comércio, agora os velhos e experimentados mercadores das rotas do Mediterrâneo é que passarão a buscar o *know-how* de países que navegavam e comercializavam pelo Atlântico.

Essa inversão vai fazer com que cada vez mais, a partir de 1453, o temido oceano Atlântico fosse submetido a verdadeiras varreduras. Um lugar, antes pouco conhecido e até mesmo inóspito, tornar-se-ia o palco principal onde se desenvolveria o enredo de todas as principais cenas de uma verdadeira epopeia. Na esteira, portanto, de se encontrar uma nova forma de se acessar as Índias, passando ao largo do Mediterrâneo e das rotas terrestres, os olhos de todos se voltaram inevitavelmente para o Atlântico. É aqui que a América e o Brasil entram na rota do desenvolvimento e da expansão do mundo moderno.

Portugal, que havia deixado a imensidão do Atlântico em *stand by*, vai ganhar a inesperada e abrupta concorrência sobre uma infinidade de navegadores e aventureiros. A Escola de Cartografia de Dieppe foi, por exemplo, uma das primeiras a aceitar o desafio dos reis para tentar encontrar soluções. Foram necessários quase trinta anos para que elas surgissem. Inglaterra, Holanda e Espanha entrariam apenas mais tarde no negócio das grandes navegações. Jean Cousin se lançou ao mar, o ano era o de 1488, e consta que ele teria se deixado levar ao sabor do vento e teria chegado à costa da África, ao futuro cabo da Boa Esperança – navegando a oeste, teria chegado às futuras Américas do Sul e Central.⁴ No entanto, o fato de não ter encontrado o caminho para as Índias e nenhuma civilização que tivesse no comércio sua principal atividade fizeram com que as descobertas de Cousin despertassem pouco interesse.

tese foi enviada de Florença no dia 25 de junho de 1474, tendo como destinatário Fernando Martins, cônego da Sé de Lisboa. Nela Toscanelli dizia, em determinada parte: “[...] Diz-me que quer agora Sua Alteza de mim alguma declaração e demonstração que se pode tomar o dito caminho. E ainda que eu pudesse mostrar em forma de esfera, como é o mundo, determinei que seria mais fácil e mais inteligente mostrar o dito caminho por meio de uma carta semelhante àquelas que se fazem para navegar e assim a envio para S.M. feita e desenhada por minhas próprias mãos na qual está pintado todo o fim do poente tomando desde a Irlanda até o fim da Guiné, com todas as ilhas que existem nesse caminho em frente das quais, direto ao poente está desenhado o começo das Índias com as ilhas os lugares onde podeis desviar para a linha equinocial e por quanto espaço tem para saber quantas léguas podeis chegar a aqueles lugares fertilíssimos e de toda maneira de especiaria e joias e pedras preciosas a maravilha que eu chamo poente onde nascem as especiarias. [...] Esta pátria é populosíssima e nela existem várias províncias e muitos reinos e cidades que vivem sob o senhorio de um príncipe chamado Grande Cão, que vive na província de Cataio. [...] Nesta há muitas coisas, ouro, prata, pedras preciosas e todas as espécies de especiarias em grande quantidade, das quais nunca se traz a essas nossas partes e é verdade que os homens sábios e doutos, filósofos e astrólogos e outros grandes sábios, em todas as artes e engenhos governam a magnífica província e ordenam as batalhas. [...] Assim fico à disposição para oferecer e servir a Sua Alteza imediatamente quando quiser. Cidade de Florência, 25 de junho de 1474.”³

Junto com a carta, seguiu o mapa-múndi que havia sido encomendado por Afonso V e cuja produção ficou aos cuidados de Fra Mauro e Andrea Bianco, que o finalizaram entre os anos de 1457 e 1459 no Mosteiro de São Miguel de Murano. O mapa teria sido baseado nos relatos de Marco Polo e de Niccolò di Conti. Andrea Bianco havia desenvolvido também um atlas, o *Atlas de Andrea Bianco*, que constava de diversos mapas, a saber: mapa das costas do mar Negro; mapa das costas orientais do mar Mediterrâneo; mapa das costas da parte central do mar Mediterrâneo; mapa das costas da Espanha, de Portugal, da África do Norte e das ilhas do oceano

tentativa de reedição da Escola de Sagres de d. Henrique – tinham como objetivo principal levar a cabo pesquisas que melhorassem os instrumentos de navegação já existentes, o astrolábio, por exemplo, e que desenvolvessem novas tecnologias de navegação e localização espacial e náutica.

Sem perder tempo – só o suficiente para destituir Fernão Gomes do arrendamento dos negócios de Portugal na costa da África –, d. João II organizou uma expedição com onze navios e mais de seiscentos homens para construir uma feitoria na região da Mina, que depois ficaria conhecida como castelo de São Jorge da Mina e, por fim, Fortaleza de São Jorge da Mina. O capitão-mor da empreitada foi Diogo de Azambuja, e, depois de estabelecida, as minas renderam para Portugal trezentos e dez quilos de ouro por ano.

A imensa riqueza auferida por Portugal na região da Mina foi fundamental para o projeto de expansão marítima, e fez com que Portugal desistisse de uma luta dinástica com a Espanha que vinha se arrastando havia anos. A morte do rei de Castela, Henrique IV, em 1574, havia alçado sua filha Joana de Trastâmara ao trono, e como ela era casada com Afonso V de Portugal, pai de d. João II, isso significava a união das Coroas. Uma *fake news* surgida de última hora, a qual se alastrou convenientemente pelo reino, dava conta de que Joana não era filha legítima do rei, de modo que sua irmã Isabel reivindicou o trono de Castela. Essa guerra de sucessão se estenderia com batalhas campais e navais até 1579, quando, certamente por influência de d. João II, se assina o Tratado de Alcáçovas-Toledo, pondo fim à guerra.

Com o tratado, ficou acertado, primeiramente, que o rei Afonso V de Portugal renunciaria ao trono de Castela; em segundo, que a repartição dos territórios descobertos, e a descobrir, na costa ocidental da África ficaria da seguinte forma: Portugal manteria a posse da Guiné, do arquipélago da Madeira, do arquipélago dos Açores, do Cabo Verde, de todo o espaço marítimo e territorial do Atlântico Sul e, é claro, da costa da Mina. Castela aceitou ficar, além do reino só para si, também com as ilhas Canárias. Esse excelente negócio certamente foi todo arquitetado e tramado pelo astucioso d. João II, que abriu mão de um pequeno reino secundário, Castela, e se tornou senhor de um império. Nada mal para um imberbe jovem de vinte e

distinto. Ainda hoje o livro permanece indecifrado e está guardado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Esse expediente era muito comum num momento tão decisivo da história da humanidade e, é claro, com tanta riqueza e poder envolvidos.

Os mais importantes espiões de d. João II foram Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, que durante suas incursões e viagens por terra e mar pela Europa, África, Ásia, Índia, China e Golfo Pérsico, numa espécie de reedição da expedição do infante d. Pedro, tinham como objetivo levantar e enviar notícias preciosas sobre o caminho das Índias. Num momento decisivo como aquele, era preciso tirar a limpo tudo o que se sabia apenas por meio de livros e relatos de viajantes. Antes de iniciar uma epopeia de proporções nunca antes empreendida, e que poderia resultar, ou não, num grande ganho para Portugal, era preciso, ao menos, sondar bem o terreno e era imprescindível confirmar, *in loco*, se as Índias eram realmente tudo aquilo que diziam ser. Esse pacote de informações era, na verdade, o que faltava para dar um *start* no projeto secreto de d. João II.

Em 1487, aos trinta e dois anos, d. João II resolve partir para a ação direta, bem no estilo de seu tio, o infante d. Henrique, e convoca Pero da Covilhã para uma missão. Diante dele, o rei é enfático, quando diz em segredo que “[...] esperava um grande serviço dele porque sempre o achara bom e leal servidor e ditoso em seus feitos e serviços. O serviço era que ele e outro companheiro que se chamava Afonso de Paiva haveriam ambos de ir descobrir e saber onde acha a canela e outras especiarias que daquelas partes ia a Veneza por terras de mouros”.¹

Para a missão, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva passaram por uma espécie de treinamento para a projetada viagem de espionagem. Tratava-se de encontros secretos com os maiores astrônomos e geógrafos do reino: os lendários José Vizinho, Moisés, Rodrigo das Pedras Negras, o físico oficial da corte de d. João II, e d. Diego Ortiz Vilhegas, reconhecido professor de astronomia da Universidade de Salamanca.

Um dos principais mapas consultados foi, claro, o de Fra Mauro, as informações de Niccolò di Conti e o *Atlas de Andrea Bianco*, que só circulavam no alto escalão português, uma espécie de sociedade

apenas mil e oitocentos quilômetros, ou seja, era impossível que a passagem entre os oceanos não fosse conhecida. A verdade é que, se não era utilizada, é por que não havia nenhum sentido comercial, mas para quem estava completamente alijado do comércio estabelecido, como era o caso de Portugal, uma possibilidade como essa de acessar o Oriente era o Santo Graal, a arca da aliança. Por essa informação matava-se e morria e sobretudo ganhava-se muito dinheiro. Qualquer mercador ou banqueiro florentino daria uma verdadeira fortuna para quem conseguisse a proeza de descobrir tal passagem.

Havia séculos essa navegação na costa oriental da África e da Índia era utilizada. Se esses marinheiros não haviam passado para o Atlântico era porque não tinham interesse algum. O comércio pelos mares do Oriente era o suficiente. As principais cidades ao longo dessa jornada eram Zeila, Melinde, Mombaça, Quíloa e a principal delas, Sofala. Havia entre essas cidades um intenso comércio de tudo quanto é tipo de mercadoria, entre elas o ouro e o marfim. Covilhã teve a certeza de que a tomada do porto de Sofala colocaria Portugal em contato direto com os principais fornecedores da Ásia e da África, sem intermediários. As informações colhidas por Covilhã, como se pode ver, eram preciosas.

Encerrada essa primeira parte da missão, era hora de partir para a segunda etapa da expedição, ou seja, estava na hora de concentrar esforços na demanda secreta de d. João II, que era encontrar o reino do Preste João.

liderada por um importante eclesiástico e acompanhada por Giovanni Bocchi da Imola, um italiano a serviço do papa que vivia na Etiópia. Os etíopes foram recebidos em consistório secreto por Sisto IV e interrogados sobre a situação religiosa, militar e política de seu país.⁵

Em 1481, a cidade italiana de Otranto havia caído para os turcos-otomanos, que desde 1453, quando tomaram Constantinopla, haviam avançado sobre o norte da África e o leste da Europa. Com a invasão de Otranto, os muçulmanos nunca haviam chegado tão próximos de Roma, do centro do cristianismo ocidental – cerca de quinhentos quilômetros.⁶

A questão da Abissínia, do reino do Preste João, se torna, então, uma guerra comercial entre Portugal e Itália. Com a Itália enfraquecida, Portugal parte para o ataque e tenta estabelecer um contato inicial com o Preste João, para, dessa forma, firmar parceria e tomar conta do comércio no Oriente, o que de fato vai acontecer. Este é o objetivo da viagem de Pero da Covilhã.

Não era, portanto, como muitos creem, uma lenda a história do reino do Preste João, a conquista da Abissínia foi uma ação milimetricamente orquestrada. Já se conhecia a passagem pelo cabo da Boa Esperança, faltava mesmo o apoio do reino cristão, pois a viagem era muito longa.

Covilhã viveu na Abissínia entre o povo do Preste João durante 26 anos. Após enviar as importantes informações de que d. João II precisava, não quis voltar para Portugal. O padre Francisco Alvarez o encontrou muitos anos depois no reino do Preste João, quando em Portugal se julgava que estava morto. Era o ano de 1520, quando Portugal estabeleceu uma embaixada na Abissínia, e então Covilhã veio a saber da morte de d. João II e também das exitosas aventuras de descobrimento de Portugal pelo mar.

Disse-lhe então Covilhã: “Nos primeiros anos deste meu desterro – diz, com um suspiro, o antigo escudeiro de d. João II, parecendo despertar de um sonho –, perdida toda a esperança de sair daqui, sentia-me ainda mais descorçoado por não ter novas do reino. Um dia, porém, ouvi os mercadores mouros falarem de galeões que andavam às presas no estreito do Mar Vermelho, tendo atacado Mombaça e Quíloa, tomado Socotorá e incendiado Zeila. Rejubilei.

perguntar: descobriu o caminho para o Oriente por meio da navegação pela costa ocidental da África e a passagem pelo cabo da Boa Esperança ou foi apenas o primeiro a constatar o caminho já longamente navegado do Atlântico Sul?

O primeiro grande navegador dessa segunda era de expansão portuguesa no Atlântico havia sido Diogo Cão, que avançara muito no ano de 1486 na navegação em direção ao sul da costa da África. No estuário do rio Zaire, encontra-se até os dias de hoje a chamada pedra de Ielala, que, além de ser o primeiro símbolo deixado pela conquista portuguesa para identificar sua posse, serviria de guia para as viagens seguintes. Seguindo as trilhas abertas pelo primeiro, vem Bartolomeu Dias, que, como vimos, encontrou a marcação de Diogo Cão e, na sequência de sua viagem, o cabo da Boa Esperança. Seguindo as trilhas abertas por Bartolomeu Dias, veio Vasco da Gama. Esse é o cara! É Vasco da Gama quem vai seguir, em 1497, o continente africano até o extremo sul e descobrir que era possível, por meio dessa rota, acessar o oceano Índico e, conseqüentemente, as tão cobiçadas Índias orientais.

Graças à façanha de Vasco da Gama, “Portugal entra agora em contato direto com a região das especiarias, do ouro e das pedras preciosas, conquistando, praticamente, o monopólio desses produtos na Europa [...] a abertura da rota marítima das Índias assume, assim, importância verdadeiramente revolucionária na época, e as suas conseqüências imediatas ultrapassam mesmo as do maior acontecimento da história moderna das navegações: o descobrimento da América por Cristóvão Colombo”.¹

Confirmado o caminho alternativo para se ter acesso às riquezas do Oriente, restava agora o trabalho em três grandes frentes. A primeira delas: estabelecer contato com o reinado do Preste João e firmar com ele uma parceria. Como vimos, essa foi a ordem enviada por d. João II a Covilhã no Cairo, ordem levada pelos informantes judeus, ou seja, descoberta a informação mais importante, a da existência da ligação entre os oceanos, o objetivo era partir em busca da parceria e do consórcio com o Preste João. Ter um parceiro cristão, que conhecia todos os tratos do Oriente, era fundamental para fincar os dentes nas veias abertas de um Oriente tomado por “infiéis”

consequentemente, na descoberta da América em 1492. E que não por acaso, como veremos, receberia a alcunha de “a lenda negra”.

Em 1469, Fernando de Aragão toma uma decisão drástica, contrariando até mesmo uma decisão do papa, e se casa com Isabel de Castela, sua prima, união que resultaria na fusão do reino de Aragão e de Castela. Essa união o tornou um rei um pouco mais poderoso e frustrou, em alguma medida, o desejo português de unificar os tronos e a necessidade de frear a expansão espanhola no Atlântico.

Na cabeça de Fernando, o próximo passo, no processo de unificação dos reinos da Espanha, seria a tomada de Granada. Já era, certamente, uma indicação de Torquemada – que havia se tornado o confessor real. Da mesma forma que o vedor da fazenda de d. João I de Portugal, como vimos, havia indicado ao rei a tomada de Ceuta. Os motivos eram óbvios: riqueza e poder.

A guerra travada pelos reis católicos contra os reinos islâmicos da Península Ibérica se iniciou logo após o casamento e a união dos reis de Aragão e Castela e teve alguns momentos decisivos. O primeiro deles, em 1482, com a tomada de algumas cidades e que, num processo contínuo, se estenderá até 1492, com a tomada do palácio e da Fortaleza de Alhambra, em Granada. Nota-se que a guerra se inicia pouco depois de instaurado por Torquemada, em 1478, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição na Espanha. Isso porque a instauração do Santo Ofício, do ponto de vista de Torquemada, era fundamental para sustentar um dos pilares da guerra, que era a capitalização do reino, por meio da perseguição e condenação de mouros e, sobretudo, de judeus.

A instalação da Inquisição na Espanha só foi possível com a interferência de Torquemada, pois o papa Sisto IV, Francesco della Rovere, travava uma luta pessoal com os Médicis, os banqueiros florentinos. Fernando de Aragão condicionou – a pedido de Torquemada, claro – o apoio ao papa contra os Médicis à instituição do Tribunal da Inquisição na Espanha. O papa acabou cedendo à condição e aceitando o auxílio do rei Fernando.

Criada a Inquisição, os reis católicos elevaram sua importância a um grau nunca antes visto, e ela passou a ser um dos poderes do Estado, atuando diretamente em consonância com os interesses dos reis. Esse aspecto – a Inquisição como projeto de Estado – era inédito

acabar com esse mal, o mais eficaz consiste em proibir formalmente todas as relações entre judeus e cristãos. Isto só pode ser obtido expulsando-se os judeus do nosso reino [...] por isso decidimo-nos expulsar para sempre os judeus de ambos os sexos das fronteiras de nosso reino. Decretamos que todos os judeus que vivem em nosso reino, sem distinção de idade ou sexo, devem deixar nossas terras ao mais tardar no fim do mês de julho do ano em curso (1492) [...] e proibimos que voltem a se estabelecer no país, que o atravessem e que nele penetrem por qualquer motivo. Os contraventores desta ordem serão condenados sumariamente à pena de morte e ao confisco de seus bens.”²

Uma última tentativa de demover os reis católicos da ideia de assinar o édito de expulsão partiu do comerciante Isaac Abravanel, que, em nome da comunidade judaica da Espanha, havia oferecido aos reis a quantia de 30.000 ducados, uma verdadeira fortuna. Torquemada, ao saber da oferta, invadiu a sala na qual eram feitas as negociações e vociferou aos reis, repreendendo-os e citando que Judas havia traído Cristo por 30 moedas, ao fim jogou um crucifixo na mesa e disse que se os reis aceitassem aquele dinheiro o estariam traindo novamente. E os reis recuaram.³

O último prazo dado era o de 31 de julho de 1492, que passaria, não por acaso, para a meia-noite do dia 2 de agosto de 1492, exatamente o dia precedente da partida de Colombo para “descobrir” a América, dia 3 de agosto de 1492. Até que ponto também a tomada de Granada e a expulsão dos muçulmanos e judeus que viviam na região não foi a gota d’água para que judeus viabilizassem o financiamento da viagem de Colombo? Sabemos que a viagem foi quase toda financiada por Luis de Santángel, que havia adiantado para os reis de Espanha a quantia de 17.000 ducados. Estariam os judeus em busca de um novo mundo para começar novamente suas vidas?⁴

Muitas das famílias judias expulsas da Espanha e que foram para Portugal ou para a Holanda, poucas décadas depois, construiriam, no Brasil, como veremos, no complexo de plantação de cana-de-açúcar e de engenhos do Nordeste, uma das mais opulentas zonas produtoras de açúcar do mundo.

Torquemada não se contentava em apenas perseguir os judeus, e

organizou as amostras de tudo que havia encontrado e trazia junto com ele, inclusive, amostras de ouro e pedras preciosas.

Na Espanha, Fernando de Aragão, Isabel de Castela e Luis de Santángel aguardavam ansiosos os relatórios com as informações preciosas que trazia. Esse dossiê valia uma vida inteira. Por séculos navegantes de várias nacionalidades haviam labutado no mar em busca daquela rota secreta. Quantos homens morreram e quantos homens dariam a vida por aquelas informações? Os reis da Espanha sabiam que restava a eles a obrigação de tornar altamente confidencial a descoberta de Colombo, pois os lobos franceses, ingleses e portugueses andavam à espreita.

Reconhecido como genovês, existem muitas teorias dando conta de que Colombo era português ou até mesmo judeu espanhol. Não por acaso sua expedição rumo à América havia partido da Espanha, no horário limite do prazo determinado no édito de Alhambra para que os judeus deixassem o território espanhol. Além de sua viagem ter sido inteiramente financiada por banqueiros e mercadores judeus – fato corriqueiro na época –, Colombo exigiu que toda a sua tripulação estivesse a bordo antes da meia-noite do dia 2 de agosto de 1492. Ou seja, zarpou da Espanha no mesmo dia e poucas horas antes do horário em que expirava o prazo dado pela Coroa espanhola para que os judeus abandonassem o país ou morressem nas fogueiras.

Não por acaso também, Colombo havia feito uma parada estratégica na ilha dos Açores. Na viagem de ida, teria certamente deixado na ilha um grupo de imigrantes judeus que havia retirado da Espanha. Esses imigrantes seriam recebidos pela colônia de judeus sefarditas que colonizaram a ilha e lá desenvolveram toda a cadeia produtiva do açúcar que, em poucas décadas, seria toda transferida para o Brasil. Seria a única vez na história que o Brasil receberia uma transferência de tecnologia de ponta e estaria, portanto, na vanguarda de tudo que havia de mais moderno no mundo em termos de produção mecanizada.

Quanto ao enigma Colombo, existe uma assinatura cabalística do navegador – em que se vê uma letra S e abaixo uma sequência de letras S A S e uma sequência de letras X M Y e a frase *Xpõ Ferens*. – que deixou margem para diversas interpretações sobre sua real personalidade e que acabaram por suscitar mais dúvidas do que

quando os espanhóis conquistaram as minas de prata de Potosí, certamente d. João II teria se arrependido de não ter dado ouvidos aos conselhos do seu agente secreto.

Mas naquele momento o caminho das Índias havia caído no seu colo e era o melhor negócio do mundo, e a América e o Brasil tiveram de esperar por mais alguns anos.

então secundário, comparado aos produtos das Índias, mas que vai ganhar um terreno imenso em toda a Europa. Quando o açúcar se tornar o principal produto na Europa, Portugal vai estar na vanguarda em duas frentes: 1º) na produção e distribuição, e 2º) agregando valor nessa produção com um elemento novo: o escravo. De uma hora para outra, de patinho feio Portugal passava a cisne em todo o processo.

Em 1497, tentando manter um ritmo de normalidade, d. Manuel ordena a viagem de Vasco da Gama, que oficialmente teria sido o primeiro navegador português a ter acesso ao Índico e ao Oriente por meio da passagem do cabo da Boa Esperança, contornando o continente africano. Na verdade, os produtos e o caminho das Índias já não eram – por assim dizer – a menina dos olhos dos portugueses.

A nobreza – que voltava a ganhar a importância que havia perdido no reinado de d. João II – era contra os gastos excessivos com as viagens, como, aliás, sempre fora. Segundo o cronista Damião de Góis, “[...] assim que faleceu d. João, o sucedeu no reino o rei d. Manuel, o qual como herdeiro universal de toda máquina e destas navegações, não contente do que já era descoberto, mas antes muito desejoso de passar adiante, logo no começo de seu reinado, no mês de dezembro de 1495, teve em Monte Mor uma reunião com seu conselho, no qual alguns foram da opinião que se não prosseguisse mais nesta viagem, além do que já era descoberto, por que havia de ser muito invejada de todos os reis e repúblicas da Europa [...] de que haviam de se seguir muitos trabalhos e despesas a este reino, que já bastava o pacífico trato com a Guiné e a já honrosa conquista dos lugares da África, para o ganho dos mercadores e proveito das rendas do reino e exercício da nobreza dele”.⁴

Eles já lucravam absurdos com o ouro auferido no castelo da Mina. Estavam, de um lado, lucrando com o monopólio do comércio de escravos para os produtores de açúcar das ilhas portuguesas e, de outro, lucrando com a venda desse açúcar no mercado europeu. Ainda que Vasco da Gama não tivesse logrado êxito na transposição do cabo da Boa Esperança e estabelecido a regularidade no comércio com as Índias, Portugal já não tinha do que reclamar.

Desse modo, a morte de d. João II vai colocar, de certa forma, a expansão ultramarina em xeque. O herdeiro do trono, d. Manuel I,

viagens, mas, dada a importância estratégica que tinham, elas foram mantidas em segredo. Se essas viagens foram de alguma forma documentadas, esses documentos jazem escondidos até hoje em algum arquivo secreto ou simplesmente ainda desconhecido.

Assim como entre a viagem de Colombo em 1492 e a viagem de Cabral em 1500, certamente houve viagens secretas, ocasiões em que o Brasil havia, sim, sido descoberto – ou visitado – por frotas portuguesas antes de 1500. O misterioso marco de pedra português fincado numa praia do Rio Grande do Norte pode ser um sinal disso. Essas viagens não foram documentadas por motivos estratégicos, sobretudo numa época em que divulgados os feitos de Colombo, com a expulsão dos judeus de Espanha e Portugal, estimularam-se novas parcerias comerciais. E o resultado direto foi a intensificação da pirataria, de tal modo que o oceano Atlântico se tornou palco do mundo ocidental e, conseqüentemente, virou terra de ninguém.

A pirataria era uma forma de os países entrarem na onda da expansão comercial e marítima no oceano Atlântico, sobretudo no Atlântico Norte e no Mediterrâneo, sem se envolverem em guerras. Os piratas, embora tivessem obviamente suas origens, suas nacionalidades e atuassem veladamente como espiões e agentes de seus países, para todos os fins atuavam como apátridas, ou seja, agiam por si mesmos. Foi intensa a pirataria tanto no Atlântico como no Mediterrâneo, por ali agiram biscainhos, bretões, normandos, flamengos e ingleses.

Um dos objetivos da viagem de Cabral foi o de procurar dar algum caráter oficial à frágil posse das terras do Brasil. Diante das ameaças de invasores estrangeiros, o rei da França, Francisco I, chegou a dizer que o sol brilhava para todos e que desconhecia “[...] a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis”.²

É claro que para quem havia acabado de fincar os dentes nas veias mais suculentas do mercado internacional – o caminho para as Índias e para o Oriente – o descobrimento do Brasil não passou de um acontecimento secundário. Desse modo, ao longo dos primeiros cinquenta anos, pode-se dizer que houve certo abandono em relação à nova descoberta.

mesma razão muitos deles mataram a si mesmos enquanto essas execuções se faziam. O rei mandou fechar os portos e mandou-os todos embarcarem em Lisboa onde se juntaram mais de vinte mil almas e com essas delongas lhes passou o tempo que lhe o rei limitou para sua saída pelo que ficavam todos cativos, os quais se vendo em estado tão mísero cometeram muitos deles por parte do el-rei que lhes tornassem seus filhos e lhes prometessem que em vinte anos se não tirassem sobre eles devassa e que se fariam cristãos o que el-rei lhes concedeu com outros muitos privilégios que lhes deu e aos que não quiseram ser cristãos mandou logo dar embarcação quitando-lhes o cativeiro em que incorreram e se passaram todos à terra dos mouros.”⁴

De certa forma a nobreza portuguesa condicionava a continuidade da expansão marítima à capitalização do reino. Não por acaso, depois desse expurgo dos judeus e do confisco de seus bens, d. Manuel viabiliza a viagem de Vasco da Gama em 1497. Nunca foi, portanto, uma mera questão religiosa, mas, antes, uma questão financeira.

Nesse sentido, até que ponto também a viagem de Cabral não estava intrinsecamente ligada à questão judaica, já que em 1496 eles haviam sido expulsos de Portugal? A viagem foi financiada pelo banqueiro judeu Marchionni, que depois de sondar o Brasil iria para as Índias. Cabral havia nascido em Belmonte, uma região judia, e teria convivido de perto com os saberes cabalísticos da Sinagoga de Belmonte. Essa comunidade judaica era famosa em Portugal pelas livrarias especializadas em cabala e alquimia. Isaac Abravanel, rabi-mor do reino e conselheiro particular de d. Afonso V, tentou, em 1492, demover os reis católicos da Espanha da ideia de decretar o édito de expulsão dos judeus.

Em meio à frota de onze navios que seguiria o recém-descoberto caminho do comércio das Índias, a viagem de Cabral ao Brasil teria apenas o caráter de uma sondagem secundária. Duas necessidades se colocaram na época em Portugal, e o Brasil era uma solução para ambas: a questão da expulsão dos judeus em 1496 e a necessidade de expansão da produção do açúcar, que deveria ser replicada nos mesmos moldes das ilhas da Madeira e dos Açores.

Talvez por isso o Brasil pouco apareça nas crônicas portuguesas,

O BRASIL NO OLHO DO FURACÃO

Está evidente que o interesse e a colonização do Brasil não foram acontecimentos que se deram bruscamente, mas, sim, aos poucos, na medida em que, de um lado, o comércio de Portugal com as Índias e com a Europa vai se intensificando e, de outro, com os problemas internos de Portugal – sobretudo religiosos – se agravando. Da terra em si, pode-se dizer que já se tinha notícias de sua existência desde as primeiras viagens de Colombo à América e até mesmo antes disso. O Brasil já era conhecido desde a Idade Média e constava em diversos mapas como, por exemplo, no *Portulano Mediceo Laurenziano* de 1351, em que consta o nome Brazil; no *Mapa de Pizzigano*, de 1367, consta o nome Braçir; no de Andrea de Bianco e Fra Mauro, entre 1457 e 1459, como vimos, Berzil; e no de Benincasa, de 1482, Braçill.

Não por acaso desde as primeiras horas Portugal buscou assegurar sua posse pelo Tratado de Tordesilhas. Com Cabral, como vimos, se dá apenas um contato superficial com a terra. Mas quando Cabral chega ao Brasil, já existia em Portugal, pelas razões que acabamos de ver, as questões do judaísmo e do açúcar, ou seja, uma determinação de futuramente incluir o Brasil no campo de ação daquela que seria a primeira multinacional da história.

Por isso, paralelamente à exploração dos produtos das Índias, em 1503, d. Manuel I fez mais uma tentativa de sondar o território, e recebeu uma carta de Américo Vespúcio com a desalentadora notícia de que para o comércio a terra era realmente – como já havia reportado Cabral – imprestável: “Pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito, exceto infinitas árvores de pau-brasil.” Essa foi a única possibilidade de negócio que o treinado faro dos portugueses conseguiu prospectar no Brasil. É óbvio que comparado às Índias, isso não era realmente nada. O fato é que o próprio comércio com as Índias ainda era incipiente no início do século XVI e o domínio de Portugal vai se impondo aos poucos no comércio entre o mar Vermelho, a África e a Índia. Imposição que se deu mediante

denúncias do padre Antônio Vieira, quando do Brasil reclamava ao rei de Portugal dizendo que:

“Nem os reis podem ir ao Paraíso sem levar consigo os ladrões, nem os ladrões podem ir ao inferno sem levar consigo os reis [...] em vez de os reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os reis ao inferno [...]. O pirata do mar não rouba aos da sua república; os da terra roubam os vassallos do mesmo rei, em cujas mãos juraram homenagem; do corsário do mar posso me defender; aos da terra não posso resistir; do corsário do mar posso fugir; dos da terra não me posso esconder; o corsário do mar depende dos ventos; os da terra sempre têm por si a monção [...]. Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia. E como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício. Porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é: o roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza. O roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres.”⁸

O altíssimo nível do descaminho a que estava sujeito o monopólio português foi possível de ser averiguado pelo estranho fluxo de mercadorias nos portos de Alexandria. Sobre isso mandavam notícias a Portugal seus agentes, interlocutores e informantes, que diziam: “Em Lisboa, onde chegavam em abundância notícias tanto verdadeiras como falsas, se instaurou imediatamente certa inquietude. Se soube que, naquele mesmo ano de 1561, os turcos, como se a corrente natural do tráfico até seus portos não fosse suficiente, haviam se apoderado no oceano Índico de vinte mil quintais de pimenta portuguesa, dirigindo-os, conseqüentemente, para Alexandria. Imediatamente correu o rumor de que o vice-rei das Índias portuguesas havia se levantado contra seu soberano e havia despachado ao Egito a pimenta das frotas reais. Segundo os dados de seus informantes, o embaixador português em Roma, *expert* nestes problemas, deduziu em novembro de 1560 que, em vista da enorme quantidade de pimenta e especiarias que chegavam a Alexandria, nada tinha de estranho que afluísse uma quantidade tão exígua desses

OS VERDADEIROS DESCOBRIDORES DA AMÉRICA: SOLÍS, BALBOA, GARCIA E MAGALHÃES

Se para Portugal os descobridores do caminho das Índias e das Terras da América foram, respectivamente, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, para os espanhóis foram Juan Díaz de Solís, Vasco Núñez de Balboa, Aleixo Garcia e Fernão de Magalhães. Esses quatro senhores fizeram descobertas fundamentais, mas um deles colocaria a América no centro do mundo.

Se Portugal dominava os ventos e as correntes do Atlântico Sul, a Espanha dominava como ninguém os ventos e as correntes do Atlântico Norte. Desse modo, paralelo ao périplo português, a Espanha seguia seu caminho particular em busca de um lugar ao sol no comércio internacional das especiarias. A América com que Colombo havia topado no meio do caminho e que havia se apresentado, de início, como um imenso obstáculo para a realização do sonho espanhol, revelou, aos poucos, sua auspiciosa realidade, e os responsáveis por essa guinada foram esses quatro cavalheiros espanhóis.

Desde a sua primeira viagem à América em 1492, Colombo imaginava que havia um estreito na linha equinocial que daria acesso rumo ao Oriente, e é para encontrá-lo, mais do que por causa dos tesouros da América, que ele vai se dedicar em vão por toda a sua vida. Em 1513 – Colombo morreu em 1506 – uma flotilha comandada por Vasco Núñez de Balboa vai atracar na América e fará Colombo sofrer a mesma sina que d. João II, ou seja, a sina de que quem planta tâmaras não colhe tâmaras.

Vasco Balboa vai submeter uma região ainda pouco explorada pelos espanhóis a um verdadeiro escrutínio, e seu espírito aventureiro, seu empenho e sua ousadia levarão a Espanha ao paraíso sonhado e tocado pela imaginação de Colombo. Seus diários falam por si: nas primeiras linhas, Colombo expõe ao rei da Espanha que havia

untavam, feitos de certas ervas. E a maneira como o diabo lhes aparecia era como um menino bonito, porque sendo essa gente simples, não se espantassem com ele e acreditassem nele, e as mãos não se viam e nos pés tinha três unhas, como um grifo: e a todas que se se tornariam bruxas ele as acompanhava e entrava com elas na casa que haveriam de fazer. Finalmente, parece, ao que se diz, que eu fiz com as bruxas isso e muitas outras coisas, e que se untavam com o unguento que lhes dava o inimigo, parecia que iam de corpo e alma. Mas averiguou-se que certa noite uma bruxa estava em um vilarejo com outras mulheres e naquela mesma hora a viram em uma estância onde havia gente de seu senhor, a meia légua dali.”⁶

Com a descrição das riquezas, Balboa procurou despertar o interesse e a cobiça do rei da Espanha. Já com a descrição dos aspectos mágicos e das heresias daqueles povos, Balboa procurou despertar a sanha violenta da Inquisição. Vai conseguir atrair ambos. Em 1569, Felipe II vai instaurar a Inquisição no México para cuidar de toda a América espanhola.

Em 25 de setembro de 1513, Balboa avistou o mar e, nos dois anos seguintes, esforçou-se para conseguir vencer o território inóspito e chegar ao mar do Sul. Com as auspiciosas notícias da descoberta do mar e do império inca, uma conspiração se inicia na Espanha. Balboa foi acusado de traição e preso pelo novo governador, Pedro Arias Dávila, ansioso por registrar seu nome para sempre na história como o grande escrutinador do oceano Pacífico. Balboa foi decapitado em 21 de janeiro de 1519. O mandante era Francisco Pizarro. Não era por mero acaso, pois um dos homens que empreenderam com Balboa o périplo da descoberta do mar do Sul e que no caminho havia ouvido as histórias dos reinos ricos em ouro era justamente Francisco Pizarro, outro também interessado em tomar para si, como o fez, as glórias da descoberta.

Essa descoberta de Balboa vai confirmar a intuição de Colombo quanto à existência de um mar a que chamou mar do Sul: era o oceano Pacífico. Desde a Idade Média havia a crença de que se podia chegar ao Oriente navegando-se pelo Atlântico em direção oeste. Toscanelli – como vimos – havia sido o maior entusiasta dessa teoria. A descoberta de Balboa – de outro oceano, do outro lado daquele

Caboto¹¹ relatou ter entrado em contato com os sobreviventes da expedição de Solís em território brasileiro. Eram eles Henrique Montes e Melchior Ramirez. O primeiro relatou a Caboto que o rio de Solís (da Prata) deveria nascer em algum lugar onde abundavam a prata e o ouro, segundo informações levantadas junto aos naturais da terra, além de ter apresentado amostras de ouro e prata que traziam consigo. Aleixo Garcia, como vimos, havia certamente encontrado os reinos que Vasco Núñez de Balboa tinha ouvido falar na sua longa jornada em busca do mar do Sul.

Os espanhóis na busca desesperada pela passagem do Atlântico para o Pacífico atiraram no que viram e acertaram no que não viram. Ou seja, a descoberta fortuita do rio da Prata havia saído melhor do que a encomenda. A notícia de que por meio desse rio seria possível acessar impérios riquíssimos no interior do continente americano correu toda a Europa, e a atenção da Espanha e de todos, é claro, se voltaram, conseqüentemente, para o Atlântico Sul e o Brasil, o qual vai sofrer um minucioso exame por meio de cisões sucessivas em seu território.

A partir daqui, o que era uma busca desesperada para contornar o continente comercialmente árido da América e acessar o Oriente ganha uma nova dinâmica. O continente americano passa a merecer um pouco mais de atenção. É a partir das informações obtidas pela expedição de Aleixo Garcia, em sua entrada triunfal, que o mundo se volta para a América. É a partir também de suas informações que Francisco Pizarro vai empreender sua expedição de conquista do império dos incas e descobrir, mais tarde, as minas de Potosí na região do alto Peru, hoje Bolívia.

A descoberta de Aleixo Garcia vai deslocar a atenção da exploração espanhola da América Central e do México para a América do Sul. Nesse sentido, começam os esforços espanhóis para o estabelecimento de cidades e povoações na embocadura do rio da Prata. Fundou-se ali, por exemplo, o que ficou conhecido como a primeira Buenos Aires, em 1536. Outra região estratégica que vai merecer a atenção dos espanhóis é a do Paraguai, para onde a Espanha envia os exploradores Pedro de Mendoza, Juan de Ayolas, Juan de Salazar de Espinosa e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Este último,

Com as auspiciosas notícias que chegavam à Europa se inicia a segunda fase, a das viagens de exploração, em que se buscam os caminhos, as rotas menos suscetíveis e a delimitação das fronteiras. A verdade é que a notícia da descoberta do rio da Prata se alastrou como rastilho de pólvora por uma Europa que se encontrava naquele momento muito depauperada, e é só a partir de então que o Brasil passa a ganhar certa atenção, porém não apenas por parte dos portugueses. Os primeiros a organizar uma excursão ao Brasil foram os franceses dos portos da Normandia – Honfleur e Dieppe, experientes navegadores. Eles conheciam bem o caminho, pois em 1503 Binot Paulmier de Gonneville já havia explorado terras brasileiras.

Em 1526 João Silveira, embaixador português em Paris, avisou d. João III que a França preparava uma grande expedição ao Brasil, que contou com dez navios para “um grande rio na costa do Brasil [...] que é o que achou Cristóvão Jacques”,¹ o rio da Prata. A França tinha inclusive uma feitoria comercial com um forte em terras brasileiras situada na ilha de Santo Aleixo [Le Saint Alexis], em Pernambuco. A feitoria pertencia ao armador e corsário francês Jean Angot, visconde de Dieppe, que havia recebido do rei da França Francisco I carta de corso para apresar navios estrangeiros. A prática havia tomado uma dimensão tal que, com o tempo, “nem mesmo o governo francês podia sujeitá-los e que Portugal, depois de haver exaurido na França, perante os tribunais, os parlamentos e a própria coroa todos os recursos do foro e da diplomacia, se viu obrigado a negociar direto com os corsários”.² Portugal chegou a comprar de Angot ao menos duas cartas de corso concedidas a ele pelo rei da França, uma teria custado dez mil francos e a outra cinquenta mil francos.³ O dispêndio dessa verdadeira fortuna não parece ter evitado o assédio francês por muito tempo, já que em 1555 Villegagnon fundaria no Rio de Janeiro uma colônia francesa: a *France Antarctique*.

Assombrado com a carta de Silveira, d. João III enviou para proteger suas terras o experiente navegante português Cristóvão Jacques, nomeando-o governador das partes do Brasil. Essa armada que partiu de Lisboa em setembro ou outubro do ano de 1526 consta como a primeira expedição oficialmente enviada por d. João III.

Essa foi a primeira expedição cujo objetivo era a colonização e na qual colonos portugueses vieram para o Brasil. Para a viagem saiu de Lisboa “o governador Martim Afonso de Sousa com armada de navios, gente, armas, apetrechos de guerra e nobres povoadores, tudo à sua custa: com ele veio também seu irmão Pedro Lopes de Sousa, a quem o mesmo rei tinha concedido oitenta léguas de costa para fundar sua capitania, e faleceu afogado no mar. Trouxe o dito Martim Afonso de Sousa além da muita nobreza, alguns fidalgos da casa real, como foram Luís de Góis e sua mulher d. Catarina de Andrade e Aguilar, seus irmãos Pedro de Góis, que depois foi capitão-mor de armada pelos anos de 1558, e Gabriel de Góis; Domingos Leitão, casado com d. Cecília de Góis, filha do dito Luís de Góis; Jorge Pires, cavaleiro fidalgo; Rui Pinto, cavaleiro fidalgo casado com d. Ana Pires Micel, Francisco Pinto, cavaleiro fidalgo, e todos eram irmãos de d. Isabel Pinto, mulher de Nicolau de Azevedo, cavaleiro fidalgo e senhor da quinta do Rameçal em Penaguião, e filhos de Francisco Pinto, cavaleiro fidalgo, e de sua mulher Marta Teixeira”.⁹

A viagem seguiu a rota já costumeira, chegou a Pernambuco, passou por Salvador, Rio de Janeiro, Cananeia e logo seguiu para o Sul, onde, devido às condições climáticas adversas, reuniram-se em conselho e desistiram da empresa de colonizar a região do Prata, estabelecendo-se em São Vicente. No ano de 1800, um piloto espanhol de nome Francisco Fernandez que explorava a região do Prata encontrou próximo à ilha de Maldonado “uma pedra que pesaria três quintais com um escudo grande de Portugal e em cima outro pequeno atravessado com uma cruz”.¹⁰ Tratava-se de um dos tradicionais marcos deixados por navegantes portugueses para demarcar as possessões. Esse, em especial, prova que Martim Afonso tinha realmente vasculhado a região do Prata e talvez pelas adversidades climáticas tenha optado por não fundar colônia naquela região.

Para não desapontar o rei quanto às possibilidades de riqueza, Martim Afonso organiza uma expedição, a de Pero Lobo e Francisco Chaves que partiu de Cananeia com a promessa de regressar a São Vicente, onde Martim Afonso a esperaria, com a expectativa de que trouxessem nada menos que quatrocentos escravos e uma quantidade inimaginável de ouro.

Paraguai numa extensão de mais de mil quilômetros e deságua no rio Paraná, que por sua vez corre em direção à bacia do Prata, de onde a carga também seguia embarcada para a Espanha.

A busca constante por novas rotas tinha uma explicação. Enquanto nas possessões portuguesas na América o ouro era ainda uma possibilidade remota desde o início da exploração da América espanhola, a grande riqueza auferida pela Espanha despertou a atenção de todo o mundo, sobretudo daqueles que os espanhóis menos desejavam. Piratas, ingleses e franceses, ficavam no mar do Caribe à espera dos galeões espanhóis recheados de ouro e prata para saqueá-los. Entre os piratas famosos encontravam-se Amaro Pargo, Barba Negra e Francis Drake. Pela cabeça de Drake, o rei Felipe II, cansado de perder verdadeiras fortunas, ofereceu uma recompensa de vinte mil ducados, ou seja, cerca de seis milhões de dólares. Outro pirata dos mais ativos e que atormentava a vida dos espanhóis era brasileiro, filho de holandeses que moravam em Pernambuco e chamava-se Roc, uma espécie de Jack Sparrow pernambucano. Sobre ele há poucos documentos, mas relatos dão conta de que “não menos consideráveis são as ações de outro pirata que agora vive na Jamaica, que em várias ocasiões realizou coisas muito surpreendentes. Seu nome não era conhecido, seus companheiros lhe chamavam Roc, o brasileiro, em razão de sua longa permanência no Brasil. Daí ele foi forçado a sair, quando os portugueses retomaram esse país dos holandeses. Roc fugiu para a Jamaica, em busca de um lugar para ganhar a vida e entrou na sociedade dos piratas onde serviu como marinheiro privado por algum tempo, e se comportou tão bem, que foi amado e respeitado por todos. Um dia, alguns dos marinheiros brigaram com o capitão, a ponto de deixarem o barco. Poucos dias depois, eles tomaram um grande navio vindo da nova Espanha, que tinha uma grande quantidade de prata a bordo, e levou para a Jamaica. Esta ação lhe rendeu uma grande reputação”.¹

Roc Brasileiro era, segundo outros relatos, um pirata cruel, sobretudo com os espanhóis. Ódio que remontava certamente à perseguição espanhola aos judeus. Quase nada se sabe sobre sua vida, como, aliás, da vida de todos os outros piratas. Há menções sobre um pirata brasileiro que havia prestado serviços a François L’Olonnais e

Nóbrega, bem como para Tomé de Sousa e José de Anchieta, portanto, não havia dúvida: o Paraguai e o Peru eram partes integrantes da mesma expressão geográfica: o Brasil. Se a terra pertencesse ao rei de Portugal... eles estavam dispostos a tomar posse.

O padre Leonardo Nunes propôs, então, ao padre Manuel da Nóbrega, em 1551, uma missão instituída ao Paraguai. Essa missão seria conduzida pelo Caminho do Peabiru por Pero Correia – que antes de se converter ao cristianismo havia sido um hábil explorador do Brasil, tendo chegado na expedição de Martim Afonso de Sousa – e Antônio Rodrigues. Este último era um personagem muito mais importante, pois participou das expedições ao alto Paraguai e conhecia muito bem a região. Numa carta aos jesuítas portugueses, ele mesmo assume que o seu conhecimento da região foi fundamental para sua entrada na Companhia de Jesus, convidado por Manuel da Nóbrega: “Mandou-me o Padre que eu vos desse conta da minha vida e das mercês que Nosso Senhor me tinha feito, e por eu ter ido daqui do Brasil ao Peru, por terra e tornado, vos escrevesse também dos gentios que por essas terras há, esperando ser ajudados de vós para a sua salvação, e o aparelho que têm para receber a nossa santa fé [...]. E é que eu e outros portugueses, assim por vaidade como por cobiça de ouro e prata, no ano de 1523, partimos de Sevilha em uma armada, que fazia d. Pedro de Mendonça, na qual éramos 1.800 homens; e todos carregados de nossa cobiça, chegamos, com próspero vento, ao rio da Prata e entramos pelo rio com as naus 60 léguas [...]. E, deixando os bergantins com 30 homens, foi-se pela terra dentro com a outra gente em busca dos gentios chamados ‘Carcara’, que têm ouro e prata. E, antes que chegassem lá, houve muita prata [...]. E ali soubemos estar perto do Peru [...]. Eu falei com o P. Manuel da Nóbrega que fosse ou mandasse lá um da nossa Companhia, porque ali perto há outros gentios que não comem carne humana, gente mais piedosa e aparelhada para receber a nossa santa fé, por ter em grande estima e crédito aos cristãos. Agora tenho desejos de ser de 20 anos e ter longa vida para ir com alguns padres da nossa Companhia, por eu ter mais experiência da terra e gastar as minhas forças e vida em ensinar esta gente. Vinde, pois, Caríssimos Irmãos, pois já há tanto que fazer e tanta gente se perde por falta de operários.”⁸ Havia por

parte de Nóbrega – como se pode ver – intenso interesse na região do Prata, não por acaso, claro.

A catequização dos índios era uma frente importantíssima da conquista da América. Desde a morte violenta de Solís, de Pero Lobo, do bispo Sardinha, entre outros, trucidados e devorados pelos índios, que a catequização se tornou tão importante que ficou conhecida como “a conquista espiritual da América”.

A violência dos índios contra os adventícios atrapalhava muitíssimo a penetração e exploração das auspiciosíssimas terras da América. Os jesuítas, ou esses exploradores travestidos de jesuítas, tinham a missão de fazer a tal conquista espiritual, apaziguar os índios, torná-los temente a Deus e súditos fiéis da Coroa, e como tais deveriam prestar incondicionalmente serviços para a Coroa portuguesa. Foi para isso que havia sido criada a Companhia de Jesus.

A situação do Brasil era completamente diferente da situação encontrada pelos espanhóis na parte que lhes coube na América. Os espanhóis encontraram civilizações organizadas – muitas delas em grandes cidades –, e a conquista se deu por meio da invasão, do saque e da posse, *modus operandi* semelhante ao que os portugueses também estavam acostumados. Na América portuguesa, porém, a realidade era outra. Os naturais da terra brasileira viviam em “estado de natureza”, portanto não havia nenhuma riqueza imediata para saquear. Se houvesse alguma riqueza, ela deveria ser minuciosamente prospectada, pois estava oculta em diversas regiões do país e, nesse sentido, a estratégia era outra: para os “jesuítas” os índios eram fundamentais. Não era, digamos, um estilo português de atuação, mas o que era preciso fazer frente às dificuldades e à possibilidade de riqueza. Valia a pena o esforço.

Tomé de Sousa, em seu regimento, que pode ser considerado a primeira Constituição brasileira, já munido de informações privilegiadas sobre as riquezas dos sertões e da importância dos índios para encontrá-las, baixa dois decretos específicos. O primeiro impunha pena de morte aos colonos que fossem buscar índios no sertão e o segundo proibia aos colonos internarem-se pela terra e se comunicarem por essa via de uma capitania a outra. Senhor do monopólio das entradas no sertão, ordenou imediatamente uma viagem exploratória que, capitaneada por Miguel Henriques, saiu em

1550 e tinha como objetivo navegar pelo rio São Francisco rumo ao interior em busca das famigeradas riquezas. O fato de a expedição nunca mais ter voltado impôs logo de cara a Tomé de Sousa uma derrota fragorosa.

O fracasso de mais uma expedição vai fazer a Coroa mudar de foco e avançar sobre as capitanias do Sul, e Tomé de Sousa parte então para lá com uma série de ordenamentos importantes.

A verdade é que um sentimento de inveja explícito havia tomado conta do governo português, depois de mais uma tentativa frustrada de prospecção de riqueza no território brasileiro. Desse modo “[...] a própria posição privilegiada de São Vicente e Santos para o intercâmbio com o ultramar, sua relativa proximidade das possessões castelhanas e o perigo que de tudo isso poderia decorrer, ao cabo, para a integridade das terras da coroa portuguesa iriam contribuir largamente para as decisões de Tomé de Sousa”.⁹

O problema é que esse trânsito movimentava o comércio local e os portugueses de São Vicente auferiam importantes vantagens econômicas, de modo que qualquer decisão da Coroa no sentido de interferir na região poderia despertar suscetibilidades e gerar conflitos. Os interesses políticos prevaleceram sobre as vantagens econômicas que os vicentinos tiravam do comércio com os castelhanos e a liberdade com que se utilizou essa rota clandestina logo foi relativizada.

Diante das notícias de desregramento total no trânsito entre as possessões portuguesa e espanhola que ocorria a partir da capitania de São Vicente, Tomé de Sousa toma as providências para as quais foi enviado: dar fim ao caminho do Peabiru e vigiar o interior. Em 1553, Tomé de Sousa ordena que se feche o caminho por terra a Assunção.

Com a proibição, cria-se a necessidade da fiscalização e da vigilância, e é exatamente nesse sentido que é fundado, por ordem de Tomé de Sousa, em 1553, o povoado de Santo André da Borda do Campo, em comum acordo com João Ramalho, que se tornou prefeito. E em 1554 a fundação da cidade de São Paulo pela Companhia de Jesus.

Por algum tempo, ao que parece, o caminho até o Paraguai foi realmente esquecido. Pode-se dizer que, passado meio século, esse

caminho seria um dos primeiros a ser usado pelos bandeirantes nos primórdios da expansão paulista, no fim do século XVI e começo do século XVII.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, depois de reaberto esse caminho até Assunção, não havia mais meios humanos que detivessem “[...] um movimento imposto pelas necessidades mais rudimentares de uma população que lutava contra o isolamento e a penúria. Pode-se dizer que essa primeira fase do movimento, bruscamente interrompido em seu nascedouro, teve um papel realmente decisivo depois de longa hibernação de mais de cinquenta anos. Ela marcou, por assim dizer, a vocação sertanista dos moradores da capitania de São Vicente”.¹⁰

Erigidas as duas vilas à porta do sertão – Santo André e São Paulo –, seria ingenuidade acreditar que essa porta devesse permanecer trancada para sempre, como não ficou. A implicância com o caminho do Peabiru é visivelmente um ato de boicote à Espanha.

A população nessa região era majoritariamente composta de espanhóis. Quando se dá a Restauração Portuguesa, em 1640, Amador Bueno vai decretar a independência do Brasil de Portugal. Com a fundação de São Paulo e o aumento da vigilância da Coroa sobre o caminho do Peabiru até 1580 e a União Ibérica inaugura-se um novo período de tensão aberta entre portugueses, padres e espanhóis, a ponto de os padres, os jesuítas, serem expulsos de São Paulo em 1640.

De sua estada em São Vicente, já completamente desanimado, fracassado em seu principal objetivo no Brasil e já de malas prontas para ir embora, Tomé de Sousa envia a seguinte carta ao rei d. João III: “O que daqui recolho é que quando o Nosso Senhor aprover de dar outro Peru a Vossa Alteza aqui, que as ordenará quando e como quiser, e nós, por muito que madrugamos, não há de amanhecer mais asinha, e contudo homem não se pode ter que não faça alguma diligência e eu alguma farei, mas hão de ser com tento e pouca perda de gente e fazenda.”¹¹ Referia-se certamente à frustrada expedição que enviara em 1550 para saber se “esta terra e o Peru era todo um” e que jamais retornara para prejuízo do rei. Não restam dúvidas, portanto, de que a missão principal era estabelecer uma conexão entre Portugal e o Peru – o Brasil era um empecilho a ser superado.

Pronto para ir embora de mãos abanando, eis que Tomé de Sousa é informado sobre um certo Diogo Nunes, um espanhol que contava aos quatro ventos uma história curiosa sobre uma viagem que havia empreendido entre o Peru e o Brasil pelo rio Amazonas fazia cerca de quinze ou vinte anos numa expedição de conquistadores espanhóis. Tratava-se de uma viagem até então desconhecida, empreendida no ano de 1538 por Alonso de Mercadillo. Sobre essa viagem, Diogo Nunes havia remetido ao rei uma carta informando-o sobre o seu descobrimento, para a qual nunca houve resposta. Segundo a carta: “Chegamos a uma província bem povoada, rica em ouro [...] essa província se chama Machifaro [...] e está entre o rio da Prata e o Brasil, pela terra adentro vem o rio grande das Amazonas [...] por este rio se pode prover esta terra porque podem vir navios por ele até onde se poderá povoar uma vila que seja porto e escala de toda essa terra porque sobe duzentas léguas o rio acima e desse porto onde povoar a primeira vila poderão subir bergantins [...] haverá trezentas léguas desta província até o mar e sai este rio na costa do Brasil [...] se estes índios podem dar ouro ou prata o dão de sua vontade [...] e de toda prata, ouro e pedras preciosas que esses índios dão leva o imperador seu quinto [...] dando-me Vossa Alteza os navios e munição eu porei mantimentos, cavalos e gente porque se tomo a vontade de fazer este caminho não é por outra se não por servir a Deus e a Vossa Alteza e para dar ordem e salvar essa gentildade e sejam cristãos.”¹²

Era, depois da frustração e do prejuízo enorme que havia causado à Coroa, tudo que Tomé de Sousa queria ouvir. Com esse trunfo inesperado na manga, Tomé de Sousa toma o rumo de Lisboa com Diogo Nunes a tiracolo e o apresenta imediatamente ao rei.

Assim que recebeu o relato e o testemunho de Diogo Nunes, d. João III armou uma expedição em direção ao rio Amazonas que iria causar certa animosidade entre a Espanha e Portugal. Sabemos dessa expedição, pois sobre ela dá notícias ao rei da Espanha seu embaixador em Portugal, Luís Hurtado de Mendoza: “Com um que se chama Luís de Melo se armou certos navios em que leva mais de trezentos homens e cinquenta ou sessenta cavalos e que vão todos a sua costa, a descobrir com licença do rei de Portugal.”¹³ É interessante a condição de se levar cavalos, pois sabia-se que esse animal era

desconhecido na América e muito temido pelos naturais da terra. Grande parte do sucesso das conquistas de Francisco Pizarro se atribui ao fato de sua expedição ter chegado aos locais de cavalo. Para os incas, cavalo e homem formavam uma coisa só, de modo que ficaram deslumbrados com aqueles seres mitológicos e mágicos de cujas mãos saíam fogo [arcabuzes] e eram capazes de matar os inimigos sem tocá-los. Essa expedição também malogrou, aumentando a sensação de que Portugal havia ficado com a pior parte do Novo Mundo.

Mas a criação do Governo-geral, em 1549, tinha como objetivo uma missão secreta.

A questão a se pensar é por que Tomé de Sousa teria fundado a capital do Governo-geral em Salvador e não em São Vicente, já que era lá que estava localizado o suposto problema, ou seja, os abusos da Espanha na utilização e exploração do território português?

No ano de 1525 chega a Portugal, vindo de Sevilha, um homem insistindo em ter uma audiência com o rei d. João III, alegando ter algo importante para mostrar ao monarca. Era comum os reis europeus receberem diversas solicitações de audiência de gente de vários lugares do mundo procurando uma oportunidade de fazer fortuna com uma ideia, uma invenção, uma informação, ou simplesmente para oferecer seus serviços. Eram, em sua maioria, malucos com as mais disparatadas ideias, mas esse espanhol tinha realmente algo a dizer, e ele foi recebido pelo rei d. João III. Tratava-se de uma descoberta sobre a bússola, e seu autor se chamava Felipe Guilhém, era boticário, mineralogista e grande jogador de xadrez.

Vinha apresentar ao rei a solução para um problema antigo: uma forma para resolver de vez o problema da longitude. E para isso Guilhém havia desenvolvido o método da variação da agulha, que consistia “num círculo graduado com uma agulha pequena e três fios e observando o sol a iguais alturas antes e depois do meio-dia e encontrando a linha meridiana dava para conhecer a variação da agulha e supondo ser uma ação regular, deduzir por ela a longitude”.¹⁴

O rei ficou tão impressionado com os seus dotes que, em 1528, o agraciou com o Hábito da Ordem de Cristo, para que pudesse remunerá-lo com cem mil-réis de tença, que é uma renda destinada a

membros de comunidade religiosa, e o enviou ao Brasil, em 1535, no mesmo navio que trazia o donatário Pero do Campo Tourinho à capitania de Porto Seguro.

Em Porto Seguro, dedicou-se exclusivamente àquilo que tinha vindo fazer, ou seja, à mineralogia, sobretudo à descoberta de ouro e diamantes no interior do estado da Bahia. Mas ele descobriu mais e reportou ao rei sua descoberta auspiciosa. E essa descoberta foi fundamental para a mudança de comportamento de Portugal em relação ao Brasil, para a retomada das capitanias e para a constituição do Governo-geral.

Mas que descoberta foi essa?

Felipe Guilhém saiu em viagem secreta pelo sertão, partindo de Salvador, logo após as descobertas de Pizarro e recebeu dos naturais da terra a informação de que o Brasil e o Peru ficavam próximos. Mas era preciso algo mais consistente, mais concreto, uma prova de que pudesse convencer o rei. E é aqui que entra o exímio conhecimento de geografia de Guilhém, seu saber sobre latitudes e longitudes. Em 1549, nas suas incursões pelo interior da Bahia, Guilhém descobre que Salvador e Lima ficam exatamente na mesma latitude, ou seja, a doze graus ao sul do Equador. Isso não era qualquer coisa! De todas as tentativas frustradas de se penetrar nos territórios da Bolívia e do Peru em direção às riquezas da América espanhola, efetuadas pelo sul do continente, sobretudo pelo rio da Prata, essa era a informação mais auspiciosa, a mais técnica e a que, a princípio, poderia resultar em proveitosos resultados. O paralelo doze graus ao sul é favorável às riquezas minerais, uma vez que nele está também situada a República do Congo, na África, maior produtora de diamantes do mundo.

Não por acaso, já quando Portugal abandona as esperanças de achar riqueza na América e, inclusive, depois de ter loteado o país, acontece esse importante revés. Em 1549, Tomé de Sousa desembarca de mala e cuia no Brasil para fundar aqui um Governo-geral. Onde? Em Salvador, justamente na latitude de 12 graus. Não por acaso o Governo-geral vai retomar todas as capitanias e uma das principais determinações do Regimento Geral de 17 de dezembro de 1548 será a punição com pena de morte para aqueles que sem autorização penetrarem no interior do país. Não restam dúvidas: o objetivo de Portugal não era o Brasil, mas, sim, o Peru.

Era um novo alento para Portugal, que no fundo nutria uma esperança de encontrar riquezas na América tal qual a Espanha havia encontrado, inclusive imitando certas estratégias espanholas. Mas em pouco tempo essa tentativa se frustrará e sobrarão apenas, mais uma vez, lamentações.

Com mais essa desistência Portugal pareceu desistir de vez do Brasil. Muitos anos depois, se encontrariam minas de ouro em Mato Grosso e Goiás, exatamente em torno dessa mesma latitude de 12 graus. Prova de que o profético Guilhém não estava errado.

Enquanto no Brasil a busca por riquezas seguia fria como gelo, Portugal estava em chamas.

O PÊNDULO DA MORTE

O desespero de Portugal para prospectar riqueza no Brasil está diretamente ligado ao desastre econômico pelo qual passava. Vimos que depois de uma fase de monopólio total do comércio de especiarias tudo mudou, esse monopólio se mostrou contraproducente e declinou vertiginosamente. Esse retrocesso tem como consequência diversos acontecimentos: a retirada do Marrocos, em 1541, do Cabo da Gué e Safim e, em 1549, de Alcácer-Ceguer e Arzila; no Extremo Oriente, em 1542, as perdas de Liampó e Chiancheu; e, em 1549, a mais importante perda – a extinção, por d. João III, da feitoria de Flandres –, inexplicavelmente julgada deficitária, embora tenha sido considerada um dos mais importantes entrepostos comerciais da Europa. Investir no Brasil era um risco enorme. Martim Afonso e Tomé de Sousa fracassaram feio, a ponto de o vedor da fazenda de Portugal, Antônio de Ataíde, o conde de Castanheira, aconselhar o rei de que investir no Brasil era jogar dinheiro fora: “Consta que o Brasil não só deixara de render o que antes rendia, mas custara, para defendê-lo e povoá-lo, mais de oitenta mil cruzados [...] mistério grande foi fazer-se a primeira despesa a fim de coisa que a não merecia.”¹

A situação era desesperadora e uma crise econômica estava definitivamente instaurada e se agravaria entre os anos de 1534-1560 – período considerado o de maior crise do monopólio português. Diante disso, Portugal tinha de equacionar uma difícil situação: investir o que não tinha, por meio de empréstimos, na prospecção de supostas riquezas ou economizar para amenizar o impacto da crise financeira. A solução para as crises econômicas em Portugal e na Espanha quase sempre descambava para o uso de medidas irracionais. Todas as perseguições a judeus, em ambos os países, aconteceram em épocas ou em função de crises econômicas: “[...] se confeccionarmos um quadro cronológico com a lista de perseguições, matanças, expulsões e conversões forçadas que constituem a história judia, se